

Acção Socialista



Nº 1272 17 Novembro 2006

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt



O Rumo do PS Modernizar Portugal

COMISSÃO NACIONAL :: 26 NOVEMBRO 2006

www.ps.pt

EDITORIAL

OS PORTUGUESES PODEM CONTAR COM O PS



JORGE SEGURO
SANCHES
Director

SANTARÉM, a cidade para sempre associada à Revolução de Abril, assistiu a mais uma reunião dos socialistas portugueses. Foi uma reunião e um debate, onde o interesse nacional, a esperança e a coragem estiveram sempre presentes.

Quase a meio de uma legislatura na qual o PS é depositário de uma forma clara da confiança, da atenção e da esperança dos portugueses, os socialistas demonstraram que têm um rumo para Portugal do qual não abdicam e que hoje é reforçado pela credibilidade e pelo sentido de Estado das suas políticas. Reconhecida por todos foi a discussão centrada, não nos assuntos internos – tão em voga noutras áreas políticas – mas sim nos problemas do país, apostada mais nas soluções dos que nos lamentos, mais no futuro e menos no passado. O PS demonstra com a sua governação que solidariedade e rigor, mais do que palavras, são políticas compatíveis e necessárias.

O PS e José Sócrates demonstraram igualmente que o partido tem um líder e uma renovada equipa dirigente capaz de assumir a extraordinária responsabilidade que é a de conduzir Portugal a uma rota de crescimento, determinante para a coesão social, para

O PS demonstra com a sua governação que solidariedade e rigor, mais do que palavras são políticas compatíveis e necessárias

a qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável, e não menos importante a afirmação de Portugal na Europa e no mundo.

A forma tão positiva como correu o Congresso não pode, contudo, desviar-nos ou iludir-nos sobre a necessidade de manter o mesmo espírito de rigor, justiça e de reforma, essenciais para continuar a enfrentar os obstáculos estruturais que bloqueiam a competitividade da nossa economia, persistindo no combate pelo emprego e às desigualdades.

Num momento particularmente difícil, os portugue-

ses mandaram, em Fevereiro de 2005, e sem margem para dúvidas, o PS para enfrentar os problemas do presente e para preparar um melhor futuro para os portugueses.

A essa confiança histórica dada pelos portugueses (como sabemos, o PS teve pela primeira vez maioria absoluta) o PS têm correspondido com a lealdade e o sentido de responsabilidade de quem não pode nem quer defraudar a esperança dos eleitores. Tal facto é aliás reconhecido, de forma extraordinária, pelos portugueses que como todos os estudos de opinião demonstram, confiam no Governo de Portugal e na governação do PS.

O XV Congresso do PS foi, claramente, um momento importante para os Portugueses e em especial para os socialistas. Os congressistas e os muitos militantes do PS saíram de Santarém convictos de que o partido não vai abrandar na sua capacidade de reformar, melhorar e inovar no sentido de cumprir em todos os momentos e em todas as áreas políticas, os seus compromissos para com os portugueses. Os portugueses sabem que podem contar com o PS.

Leis das Finanças Locais e Regionais passam no Parlamento

O PARLAMENTO aprovou na generalidade a nova Lei das Finanças Regionais. Este diploma vem substituir, depois da discussão na especialidade e votação final, a lei que estava em vigor desde 1998.

Para Teixeira dos Santos, a aprovação desta lei vem no sentido da preocupação do Governo em exercer um maior controlo e consolidação orçamental, medida que, disse, “também tem de passar pelas regiões autónomas”.

Um cenário como aquele que se estava a verificar na região autónoma da Madeira, lembrou o ministro das Finanças, em que a dívida estava a crescer 10 por cento ao ano, “algo que o país não podia continuar a tolerar”, tinha que merecer, por parte do Governo, uma atitude de mudança, lembrando que em contrapartida nos Açores se estava a verificar precisamente o inverso, ou seja, a dívida desta região autónoma não cresceu mais do que um por cento nos últimos seis anos.

Com efeito, e segundo Teixeira dos Santos, em 2000, a dívida dos Açores era de 261 milhões de euros e em 2006 é de 275 milhões de euros, “o que equivale a um aumento de 14 milhões de euros em seis anos”.

Quanto à região autónoma da Madeira, o cenário é bem diferente, uma vez que se verifica em 2000 uma dívida de 414 milhões de euros, tendo subido 290 milhões de euros em seis anos, “situando-se em 2006 em 703 milhões de euros”.

Perante este cenário, o ministro das Finanças lembrou que o Governo não pode “tratar da mesma forma” as duas regiões, “até pela diferença que registam em relação à média nacional do PIB”.

Como é que se pode pedir ao Governo,



perguntou Teixeira dos Santos, “que se trate da mesma forma uma região que está 20 por cento acima do PIB nacional”, como é o caso da Madeira, e outra “que tem apenas 80 por cento do PIB nacional” como é o caso dos Açores?”

Para Teixeira dos Santos a nova Lei das Finanças Regionais “é absolutamente constitucional”, lembrando a propósito os pareceres técnicos elaborados por reputados constitucionalistas, sublinhando contudo, que as matérias financeiras “são de reserva absoluta da Assembleia da República”.

Para o responsável pela pasta das Finanças, o esforço que a consolidação orçamental implica tem de ser “uma preocupação de todos e partilhado por todos”, quer pelo Governo, quer pelos restantes níveis da Administração Pública, e portanto, como lembrou, “também pelas regiões autónomas”.

E para que não restem dúvidas, o ministro garantiu que o Governo “não dará cobertura à pura resistência ao cumprimento da lei”,

como igualmente não deixará de aplicar “todas as sanções previstas para o incumprimento dos deveres de respeito pela saúde financeira do Estado”.

Com efeito, disse, se os limites de endividamento forem ultrapassados pelas regiões autónomas, estas devem ser sancionadas, “porque essa atitude lesa o Estado que somos todos nós”.

Não há nesta lei, garantiu Teixeira dos Santos, “qualquer motivação política” sendo que o único propósito do Executivo ao fazer uma nova lei das finanças regionais é “assegurar um quadro financeiro de rigor e disciplina”, estabilizando o quadro da consolidação orçamental e a “necessidade de corrigir a injustiça de tratar de forma idêntica duas realidades diferentes”.

Também o deputado do PS Victor Baptista defendeu que a sustentabilidade das finanças públicas exige um esforço entre todos, “um esforço da Administração Central, das autarquias locais e das regiões autónomas”, porque

só neste contexto se poderá compreender “a revisão da actual lei das regiões”.

O princípio da solidariedade nacional, disse, tem de ser recíproco e deve abranger todo o território nacional.

Entretanto a proposta do Governo da Lei das Finanças Locais foi aprovada no passado dia 16 no Parlamento.

Pela primeira vez é contemplada a participação directa dos municípios no IRS, atribuindo-lhes a lei cinco por cento do

O Governo prossegue no caminho reformista necessário ao país

imposto cobrado nos respectivos concelhos, ficando estes sempre com dois por cento e podendo optar por cobrar ou não aos seus municípios o restante valor até três por cento.

O limite ao endividamento líquido, fixado pelo Governo em 125 por cento do total das receitas mais importantes de cada município, ou as sanções às câmaras municipais que o ultrapassem ou ainda a penalização nas transferências de verbas que terão reflexo no ano seguinte e no exacto montante do excesso, são outras das medidas agora introduzidas na nova Lei das Finanças Locais.

As verbas retidas pela Administração Central em consequência das sanções aplicadas às autarquias que não cumpram com o modelo agora aprovado, e de acordo com uma proposta do Executivo, serão canalizadas para um Fundo de Regularização Municipal, destinado a fazer face a situações de ruptura financeira nas câmaras. R.S.A.

Accção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ Director Jorge Seguro Sanches ■ Director-adjunto Silvino Gomes da Silva ■ Redacção J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ Secretariado Virgínia Damas virginia@ps.pt
■ Layout e paginação Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ Edição Internet Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ Redacção, Administração e Expedição Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ Depósito legal N° 21339/88 ■ ISSN 0871-102X
■ Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço postal do jornal ou accaosocialista@ps.pt

Um Orçamento ao serviço de um país mais solidário e justo



RUI SOLANO DE ALMEIDA

A PROPOSTA de Orçamento de Estado (OE) para 2007 apresentada pelo Governo, e já aprovado na generalidade, assenta na consolidação séria e sustentada das contas públicas, com especial ênfase na redução da despesa, alicerçada no rigor e na credibilidade dos números e orientada para o crescimento económico do país.

Na perspectiva defendida pelo primeiro-ministro, trata-se de um OE que aponta, de forma clara, para a assunção de prioridades, que passam, nomeadamente, pelo apoio à ciência, tecnologia e inovação, pela qualificação dos trabalhadores, combate à pobreza e pelo desenvolvimento de políticas tendentes a aumentar o prestígio de Portugal, incluindo, como referiu José Sócrates, “no fortalecimento da União Europeia durante a Presidência portuguesa a ter lugar no segundo semestre do próximo ano”.

Mas antes de mais, e na opinião do primeiro-ministro, este OE merece ser considerado um documento credível, uma vez que se desenvolve em “bases consistentes, em cenários razoáveis e em números rigorosos”.

Faltando apenas dois meses para que termine o presente ano, é possível garantir e sem margem para qualquer dúvida, algo que acontece pela primeira vez nos últimos quatro anos, ao ter-se alcançado uma efectiva e indesmentível redução em termos reais da despesa do subsector Estado, registando-se até ao final do passado mês de Outubro, apenas um crescimento nominal da despesa total de 1,5 por cento em termos homólogos,

“muito abaixo do valor da inflação e confirmando aquela que é uma inversão histórica na tendência de crescimento descontrolado da despesa” situação que se vinha a verificar ano após ano.

Também a despesa total do sector público administrativo, despesa essa medida em percentagem do PIB, “o indicador mais importante para a consolidação das contas públicas”, cairá, segundo afirmou José Sócrates, de 47,8 por cento em 2005, para 46,3 por cento este ano, uma redução efectiva de 1,5 pontos percentuais em apenas um ano.

Mas o esforço que o Governo está a empreender pela diminuição da despesa pública total, garantiu o primeiro-ministro, vai continuar já com o OE para 2007, prevendo-se reduções para patamares que poderão alcançar os 45,4 por cento do PIB.

Trata-se, como recordou José Sócrates, de uma redução da despesa pública de 2,4 pontos percentuais do PIB num período de apenas dois anos, “um resultado absolutamente inédito em Portugal nas últimas três décadas”.

Já ninguém de boa-fé, defendeu, pode olhar para estes números com desconfiança. A consolidação orçamental está a acontecer e está a ser feita “pelo lado mais difícil, o lado da despesa”.

O fim das receitas extraordinárias

Este orçamento encerra definitivamente com uma prática manifestamente lesiva para os interesses do país que vinha a ser seguida pelos anteriores governos, através do recurso sistemático às receitas extraordinárias.

Rejeitando esta prática, o OE/2007 corrige o percurso que consubstanciava uma prática orçamental fracassada e nefasta, nomeadamente tendo em vista o correcto desempenho dos orçamentos seguintes, apresentando dados credíveis e já reconhecidos e elogiados por diversos organismos internacionais, como a União Europeia ou o Fundo Monetário Internacional.

O défice das contas públicas baixa este ano de 6 para 4,6 por cento, uma redução de 1,4 pontos percentuais, “algo que sucede num único ano”, apontando-se para uma nova redução do défice em 2007 para 3,7 por cento, para que no ano seguinte, e tal como o Governo negociou com Bruxelas, se possa atingir a meta dos três pontos percentuais exigida pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Para José Sócrates este caminho de exigência assume um papel fundamental para a credibilidade do Estado.

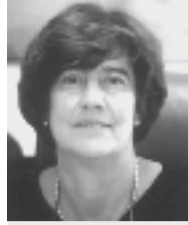
Com efeito, como sublinhou, sem rigor e contas públicas transparentes, não é possível alcançar, por um lado políticas sociais de futuro, e por outro lado, estruturar Portugal para que possa dispor de ciclos sustentados de crescimento económico e de criação de emprego, objectivos “em nome dos quais se faz a consolidação das contas públicas”.

Governo acertou e oposição falhou

O Governo, na opinião do primeiro-ministro, parte para mais um ano de legislatura com a credi-

>>>

OPINIÃO



LEONOR COUTINHO

O orçamento proposto pelo governo à Assembleia da República tem em conta as propostas do PS para o País e têm a credibilidade de ser realista integrando os resultados previsionais das reformas que estão em curso

CONFIANÇA NO FUTURO

O Governo do PS assumiu o propósito de modernizar o Estado, de incentivar a competitividade da economia e de reforçar o apoio aos mais desfavorecidos.

Estes objectivos patrióticos são os que honram Portugal num momento difícil e informam o orçamento para 2007.

Para o fazer, o orçamento teve que respeitar o programa de estabilidade e crescimento com que o Governo se comprometeu desde o início do seu mandato com todos os parceiros, e em particular com a União Europeia.

Assim o orçamento para 2007 prevê uma diminuição da despesa total das administrações públicas pelo segundo ano consecutivo, passando de 46,3 por cento do PIB para 45,4 por cento.

A direita reclamou cortes ainda maiores, pretende que a despesa do Estado diminua em valor absoluto, sem sequer ter em conta o PIB, ou seja, a previsível melhoria da riqueza criada pelos portugueses.

A direita reclama agora, quer tudo já mas, entre 2002 e 2005, aumentou a despesa pública de 44,2 por cento para 47,9 por cento do PIB.

O orçamento proposto pelo governo à Assembleia da República tem em conta as propostas do PS para o País e têm a credibilidade de ser realista integrando os resultados previsionais das reformas que estão em curso.

As despesas ligadas às pensões e segurança social irão crescer cerca de 6 por cento, de acordo com as leis em vigor. A acção social será reforçada em 236 milhões de euros. O suplemento para idosos irá abranger os portugueses mais carenciados com mais de 70 anos. O combate à pobreza será reforçado em 16 por cento. As despesas sociais, nas quais as pensões têm um peso determinante, correspondem a cerca de um quarto do orçamento.

Acresce que outras despesas das Administrações Públicas são condicionadas por obrigações do Estado, que se traduzem em aumentos de despesa inevitáveis em 2007. São as despesas com juros da dívida pública, cujo aumento de 8,3 por cento reflecte também o previsível aumento das taxas de juro. As transferências para outras entidades de que se salienta a União Europeia, o Poder Local e Regional crescerão 4 por cento, uma vez que estão parcialmente indexadas em impostos cujo valor tem vindo a aumentar – como seja o aumento do IVA, do IMI e IMT.

Este conjunto de despesas corresponde também, aproximadamente a outro quarto do orçamento.

Restam as despesas de funcionamento da administração directa e indirecta do Estado, onde o Estado tem que garantir, a prazo, um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, tentando simultaneamente diminuir a despesa em cerca de 5 por cento e melhorar a eficiência.

A modernização do Estado está em curso com três vertentes essenciais:

- Uma organização sustentável em que, por exemplo, as pensões estejam globalmente garantidas pelas quotizações e transferências previsíveis;
- Uma estratégia de simplificação administrativa em que sejam suprimidos actos inúteis e em que a utilização de plataformas tecnológicas avançadas facilitem a vida aos cidadãos e às empresas;
- Uma mais eficaz gestão dos recursos, baseado na avaliação, na mobilidade e na contenção.

São conhecidas as orientações gerais, mas o seu sucesso dependerá da capacidade de associar os portugueses em geral e os trabalhadores das administrações públicas em particular, às alterações que inevitavelmente irão alterar a sua participação no todo colectivo.

Neste âmbito orçamental de contenção é indispensável que o esforço seja de todos, que sintam a justeza global das medidas e que seja garantida a determinação no rumo.

Com a modernização do Estado, a simplificação administrativa, o reforço substancial da inovação e da ciência e uma efectiva qualificação dos portugueses pretende-se sustentar o crescimento de uma economia mais competitiva e adaptada à globalização em que vivemos.

Neste domínio é justo assinalar que já em 2006, Portugal passou, no *ranking* do Banco Mundial, de 45º para 40º na facilidade de fazer negócios, que as exportações têm vindo a crescer para além dos objectivos que o Governo tinha fixado para este ano e que, entre Junho de 2005 e 2006, o saldo da criação e destruição de emprego já se situava em mais 48 mil postos de trabalho.

Só assim crescerá o emprego e os portugueses poderão ter confiança no futuro.

>>>

bilidade de quem obteve resultados positivos, nomeadamente com as metas atingidas e a boa execução orçamental de 2006, “que os números provam e as instituições internacionais reconhecem”, enquanto que a oposição apresenta-se, pelo seu lado, “com a falta de credibilidade de quem falhou todas as previsões”.

E falharam porque preconizavam que a despesa pública consagrada no Orçamento era curta e que a derrapagem seria 12 vezes superior ao que estava previsto, tal como falharam quando afirmaram que a despesa total crescerá mais do dobro do que o Governo tinha previsto.

Mas erraram igualmente nas previsões das exportações, acusando o Governo de “excesso de optimismo e de irrealismo” ou ainda quando defenderam que o desemprego não iria baixar.

Os números, recordou José Sócrates, hoje indesmentíveis, “reflectem o quanto o Governo estava certo e a oposição errada”.

Com efeito, este ano, a despesa do Estado baixou em termos reais e em percentagem do PIB, as exportações estão a crescer a um ritmo de 8,6 por cento, “acima das próprias previsões do Governo” e o número de desempregados baixou para 405 mil, com a taxa de desemprego a cair dos oito para os 7,3 pontos percentuais, tendo sido criados no último ano em Portugal, em termos líquidos, 48.800 novos postos de trabalho.

Para o primeiro-ministro, o OE/2007 caracteriza-se por três principais sinais distintivos: por um rigor absoluto nas contas públicas, articulado com reformas estruturais, por um crescimento sustentado da economia e do emprego e por um conjunto de prioridades tendo em vista a modernização do país e a coesão social.

Rigor, desde logo, defendeu José Sócrates, quando o Governo tem em andamento a reforma da Administração Pública, o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, a lei da mobilidade, o controlo das admissões na Função Pública, a revisão do sistema de carreiras e de avaliação e ainda a simplificação dos procedimentos administrativos, no âmbito do Programa Simplex.

Mas rigor, e boa prática política, também alcançado com a reforma estrutural da Segurança Social, “na qual demos passos importantíssimos e que brevemente serão objecto de apreciação pelo Parlamento”, e ainda na “gestão criteriosa e eficiente dos grandes sistemas públicos, como a educação ou a saúde”.

Na opinião do primeiro-ministro, este esforço de rigor não deve caber, contudo, em exclusivo ao Executivo, mas partilhado igualmente pelos demais níveis territoriais da administração, “em particular pelas câmaras municipais e pelas Regiões Autónomas”, razão porque “apresentámos as novas leis das finanças locais e das finanças regionais”.



Um Orçamento para o crescimento

Falar em rigor, é também abordar toda a problemática que este OE/2007 envolve em matéria de crescimento sustentado da economia e do emprego.

Aliás, como referiu o chefe do Governo, aqui reside porventura o “maior insucesso dos pessimistas militantes na sociedade portuguesa”, ao terem preconizado que uma política de rigor, com redução da despesa e do défice público, “traria inevitavelmente mais recessão e mais desemprego”.

Ora, e como os números provam, “foi o contrário que aconteceu”, tendo sido possível ao Governo desenvolver uma política de rigor orçamental sem que com isso deixasse de a compatibilizar com o crescimento da economia e com o incremento do emprego.

Por outro lado, este é também um orçamento que aposta no crescimento de um conjunto de outras prioridades tendo em vista a necessária modernização do país, como seja o caso de uma maior coesão social e de um significativo investimento na ciência e na tecnologia, sector que terá uma dotação orçamental que crescerá 64 por cento, procurando, deste modo, “acompanhar o passo daqueles que competem connosco no mercado global”.

A preocupação social, defendeu José Sócrates, está também presente neste Orçamento de Estado, ao englobar políticas que visam um novo regime de benefícios fiscais para as pessoas com deficiência, havendo neste articular, “uma diferença fundamental entre o regime actual e o proposto pelo Governo”.

De facto, até aqui a regra estabelecia que quanto maior fosse o rendimento auferido pelos deficientes, maior era o benefício fiscal a que tinham direito, cenário agora alterado, passando os benefícios fiscais a contemplar prioritariamente

os rendimentos mais baixos das famílias com deficientes.

Também os idosos com mais de 70 anos vão poder beneficiar de um novo programa de combate à pobreza, numa operação única em Portugal desde o rendimento social de inserção, “e que reflecte a consciência social de quem não

quer deixar ninguém para trás”.

A isto, disse José Sócrates, chama-se “consciência e justiça social por parte do Estado”, passando este a tratar melhor quem mais precisa.

Mas defender e colocar em prática medidas capazes de alcançar uma maior amplitude ao nível da

UMA LUTA QUE É DE TODOS

O ESFORÇO que o país está a empreender com o objectivo de colocar as contas públicas dentro dos parâmetros exigidos pelo PEC, obriga que este empenho seja partilhado igualmente pelos demais níveis territoriais da administração.

A região autónoma da Madeira, tal como a região autónoma dos Açores e as autarquias locais, terão também que entrar nesta luta e participar com o Governo e os portugueses nos sacrifícios que a situação actual exige.

Como referiu José Sócrates, anos e anos de “laximo, de cedências e de tratamentos de excepção gera-

ram, porventura, maus hábitos que custam a mudar”.

A lei das finanças regionais que o Governo apresentou, é, para o primeiro-ministro, “uma lei justa, que honra a ideia de uma autonomia responsável” e afirma a solidariedade do todo nacional com as suas regiões insulares.

O tempo de mudança que estamos a viver, as novas regras de disciplina orçamental que estão a ser introduzidas, disse ainda José Sócrates, “valem para todos e valem para todo o país, incluindo para o Governo Regional da Madeira”.

NOVAS REGRAS PARA O SECTOR FINANCEIRO

PARA o Governo, a recuperação da nossa economia, obriga a que ninguém se furte de participar neste enorme esforço colectivo que consiste em ajudar à consolidação das nossas contas públicas.

Como frisou o primeiro-ministro, a banca, que representa um dos sectores mais dinâmicos e economicamente fortes da nossa sociedade, não pode, por isso, eximir-se desta batalha.

Neste sentido, e com o objectivo de contrariar o que o primeiro-ministro classificou como “a reduzida taxa de tributação efectiva no sector financeiro”, duas medidas principais foram anunciadas: por um lado, uma relativa ao planeamento fiscal e uma segunda respeitante à incorporação de prejuízos.

Quanto á primeira, o primeiro-ministro adiantou que o Governo está a preparar legislação no sentido de obrigar os bancos a comunicarem à administração tributária, “ainda que com abolição do sigilo bancário” sobre os esquemas, operações ou transacções adoptados ou propostos para efeitos de planeamento fiscal.

Em relação à segunda medida, foi anunciado que haverá a obrigatoriedade de inspecções tributárias a todas as operações de transmissão de prejuízos fiscais superiores a um milhão de euros e relativos a operações de reestruturação societária, “de modo a validar o montante e a natureza dos prejuízos invocados com efeito na redução do imposto a pagar”.

justiça social é também reforçar o combate à fraude e evasão nas obrigações contributivas, seja no que respeita à administração fiscal, seja no que se refere às prestações para a segurança social.

“Que todos paguem as contribuições que devem é, antes do mais, um elementar princípio de justiça”, razão porque o Governo, “não quer poupar esforços neste domínio e tanto tem apostado neste combate”.

Combate, que só no período compreendido entre 2005 e Setembro de 2006, se traduziu na recuperação pelo Estado de cerca de 3150 milhões de euros de contribuições em dívida, “um resultado sem paralelo e que terá continuidade no futuro”, de modo a acabar de vez, como disse, “com a impunidade na fuga às obrigações fiscais”, situação que, em última análise, acaba por penalizar os cidadãos cumpridores “e representa um factor de injustiça que durou tempo de mais em Portugal”.

Um Orçamento de contenção selectiva

Para os deputados do PS, Afonso Candal, Luís Fagundes Duarte e João Cravinho, trata-se de um Orçamento que defende a contenção mas numa perspectiva selectiva, como assinalaram, quer quanto à necessidade de prosseguir uma política de poupanças, quer na racionalização dos gastos públicos.

Contudo, lembrou Afonso Candal, vão também existir aumentos nalguns sectores, “mas onde eles têm de ser consentidos”, uma vez que não se trata de um Orçamento que defenda cortes cegos ou onde prevaleça uma desconfiança na Função Pública.

Para o deputado Luís Fagundes Duarte, é evidente o esforço de contenção na parte da despesa, que no entanto, sublinha, “é amplamente compensado por uma clara expansão na parte do investimento”, em áreas politicamente entendidas, recorda, como fundamentais para a qualificação dos portugueses e, em consequência, para o progresso do país.

É o caso, por exemplo, como lembrou, no importante aumento que este Orçamento para 2007 contempla para a Ciência e a Tecnologia, para o Ensino Superior e qualificação dos recursos humanos, cerca de mais 64 por cento, percentagem que na sua opinião, “deve ter uma leitura política”.

Também o deputado João Cravinho veio defender os princípios que orientam este OE, lembrando que o país precisa, “sem mais adiamentos” de uma profunda consolidação das suas finanças públicas, de modo a promover e a consolidar, como disse, os valores da “solidariedade, justiça, igualdade de oportunidades, progresso, iniciativa criativa, mudança e transformação da sociedade portuguesa”, de acordo, aliás, com as melhores tendências europeias “propulsoras da qualidade de vida, bem-estar e coesão social”.

“Continuar a inovar e a reformar é preciso”



O Governo do Partido Socialista está no bom caminho, porque consegue conciliar, entre as muitas medidas corajosas que está a tomar, fazer a síntese perfeita entre o ideal supremo de qualquer democracia moderna, a liberdade, e empreender políticas tendentes a uma maior igualdade entre todos os portugueses. Esta foi uma das muitas ideias que o presidente do Partido Socialista, Almeida Santos, deixou no ar durante a sua intervenção no início dos trabalhos do XV Congresso, realizado na cidade ribatejana de Santarém.

PARA Almeida Santos, a liberdade e a igualdade sempre foram fórmulas presentes no quotidiano político do PS ao longo da sua história, e nem o drama da última ditadura nem o período difícil do chamado PREC (Processo Revolucionário em Curso) esmoreceram a vontade de um ideal que desde sempre está afeiçoado à doutrina dos socialistas.

Governar bem, para o presidente do PS, é com frequência impor no imediato sacrifícios e constrangimentos, o mesmo acontecendo com a lei, “instrumento básico dos actos de governo”.

Mas como também frisou, “nem sempre foi assim”, uma vez que o cânone aceite até agora era ganhar e passar a ter o direito de governar ou de continuar a governar, “quem mais satisfações difundisse ou quem menos medidas impopulares

promettesse tomar”.

Por saberem desta norma, que entre nós tem sido regra até agora, as oposições aproveitam-se do descontentamento de alguns sectores provocado pelas medidas e reformas necessárias que este Governo está a levar a efeito, “por mais patrióticas que sejam”, para assumirem e apoiarem um caudal de manifestações, esquecendo que os sacrifícios agora impostos “são eles próprios inevitáveis, para se evitarem futuros sacrifícios maiores”.

O povo português começa finalmente com este Governo a entender a diferença entre a simples intenção de pegar nos muitos constrangimentos e dificuldades com que o país se debate e atirá-los para futuras resoluções ou enfrentar os problemas de frente e resolvê-los de forma decidida e sustentada.

Apesar dos muitos sacrifícios que este Governo está a pedir à população, estando muitos deles a mexer com o quotidiano das famílias, existe, como referiu Almeida Santos, “uma relativa compreensão, por parte da opinião pública, que tem sublinhado e apoiado de forma global as medidas de austeridade que lhes estão a ser pedidas”.

De facto, o país tem sabido aceitar com patriótica resignação, “e até sublinhado com agrado”, a inevitabilidade das medidas tomadas, que, como reconheceu Almeida Santos, “geram algum descontentamento, e em muitos casos até protestos”, mas que se justificam pelas expectativas futuras que abrem ao futuro de Portugal e a um melhor quotidiano das famílias.

Partido de esquerda

O Partido Socialista, para Almeida Santos, é um partido de esquerda e dirigido por “genuínos socialistas”, disse, acrescentou,

“ninguém deve duvidar”.

Mas sendo a esquerda uma ideologia, “uma estrela polar” não pode ser sinónimo, na perspectiva do presidente do PS, de irrealismo ou de autismo indiferente às realidades, uma vez que Portugal, recordou, é um país membro da União Europeia, que, como se sabe, “não se pauta sempre, nem sequer predominantemente, por princípios de esquerda”, sendo o seu catecismo económico e financeiro, “o capitalismo liberal”.

Contudo, e apesar desta realidade, “devemos continuar a bater-nos por valores sociais que, para nós, são a expressão de solidariedade e de justiça social”, já que a pobreza, o desemprego, a doença e o analfabetismo “não podem colher a nossa indiferença, nem ser deixados na dependência de falsos automatismos económicos que só contribuem para reforçar esses flagelos”.

Mas se nos debatemos com alguns constrangimentos, nem por isso devemos, na opinião de Almeida Santos, “baixar os braços no combate urgente ao défice orçamental”.

Um Governo responsável deve escutar os que por “excesso de voluntarismo” ou por simples “generosidade” o criticam, nomeadamente por “sobrepôr a outros desígnios mais nobres a preocupação de limitar esse défice”, sacrificando, por vezes, “medidas de justiça social que esses críticos têm por irrecusáveis” mas neste caso devem assumir o ónus e a responsabilidade de dizer como se podem “conciliar objectivos sem conciliação possível”.

É que o voluntarismo, disse, não deixa de representar uma atitude saudável, mas mais não se afigura do que um estado de espírito, “que só por si, não é uma solução”.

R.S.A.

OPINIÃO



CAPOULAS SANTOS
Presidente da COC

Saímos do nosso XV Congresso mais fortes, mais unidos e mais respeitados do que nunca

SANTARÉM TAMBÉM TEM MAIS ENCANTO NA HORA DA DESPEDIDA

CAIU o pano sobre o Congresso de Santarém. Desde a decisão da Comissão Nacional de convocar o XV Congresso, em 2 de Setembro, múltiplas tarefas de organização tiveram de ser efectuadas e muitos socialistas deram o seu melhor para que isso sucedesse da melhor forma.

Este período ficará gravado na minha memória como um dos mais gratificantes momentos da minha vida ao serviço do PS.

Foi-me extremamente agradável ter podido contar com a disponibilidade, boa vontade, competência e espírito de sacrifício de muitos camaradas, alguns dos quais conheci pela primeira vez, desde a COC às estruturas locais e federativas (um abraço especial para Santarém), e ao aparelho técnico e administrativo do partido.

O empenho e a disponibilidade permanente que todos colocaram na execução das diversas etapas do processo permitem, sem falsa modéstia, fazer um balanço muito positivo do trabalho realizado. O PS é de facto, sob todos os aspectos, um grande partido.

Não esqueçamos que esteve em causa um universo de cerca de 90 mil pessoas, distribuídas por mais de 700 secções de voto espalhadas por todo o território, continental, regiões autónomas e diversos países da emigração.

É gratificante constatar que tudo decorreu sem percalços de maior. Não houve reclamações sobre os cadernos eleitorais, nem antes nem depois do apuramento do pagamento de quotas, apenas foram apresentadas impugnações relativamente a três eleições, duas delas deferidas e que conduziram à sua repetição sem problemas, e foi mínimo o número de secções onde o acto eleitoral não se realizou.

Foi também possível anotar os aspectos organizativos que podem ser melhorados no futuro, em especial o processo de recolha e transmissão mais célere dos resultados. Desejo que não venha longe o dia em que o “choque tecnológico” chegue ao PS e que possamos contar com a nossa Intranet e, quiçá, o voto electrónico, que permita apurar os resultados no minuto seguinte ao fecho das urnas.

De ressaltar ainda o facto de ter sido possível facultar a cada uma das candidaturas os meios materiais mínimos para as tarefas de divulgação e debate das diversas propostas mas, acima de tudo, apraz-me registar a forma elevada como decorreu o salutar confronto político que faz do PS um caso exemplar de tolerância, de liberdade e de pluralismo político, difíceis de igualar em qualquer outro partido, em qualquer outra parte do mundo.

Saímos do nosso XV Congresso mais fortes, mais unidos e mais respeitados do que nunca.

Por isso, Santarém também tem mais encanto, na hora da despedida.



Gama defende que é preciso manter o rumo sem recuar

O RUMO DO PS: MODERNIZAR PORTUGAL

“O PS é um instrumento ao serviço da modernização do país, que continua a contar com o apoio da opinião pública modernizadora favorável à política de reformas do Governo”, afirmou Jaime Gama, salientando que “os portugueses podem contar com o nosso partido, plural mas unido nas grandes batalhas contra as desigualdades, os atrasos e as injustiças”.

Jaime Gama, que falava na apresentação da moção do secretário-geral do partido, intitulada “O Rumo do PS: Modernizar Portugal”, defendeu que “é necessário manter o rumo



e não recuar, ceder ou capitular”, porque, frisou, “estamos a fazer o que devia ter sido feito, o que é necessário fazer. A esquerda moderna não se deixa certificar pelos chavões da esquerda imobilista. Estamos a mudar a agenda política com programas, objectivos e resultados”.

“Nós rompemos com o ciclo da indecisão”, disse, salientando que “desde há ano e meio há um rumo certo, há objectivos e começa a haver resultados”.

Para Gama, “a revolução democrática” em curso “é a revolução democrática de um país com mais igualdade de oportunidades, com um equilíbrio mais perfeito entre a igualdade e liberdade, entre os senti-

mentos e a política”.

O dirigente socialista defendeu ainda que “é necessário “sempre o diálogo, mas também sempre a decisão, sempre o espírito crítico, mas também sempre o rumo certo, que é essencial para a coerência”.

Ainda de acordo com Gama, “uma sociedade com crescimento e bem-estar é o desiderato do Portugal moderno que está na origem da moção apresentada pelo secretário-geral”.

Gama referiu ainda que “se é bom que existam diferentes percepções no PS, é igualmente importante que todos também saibam contribuir para as necessárias sínteses à chegada, porque se trata de um partido político”.

Por outro lado, o dirigente socialista realçou que Sócrates abriu o Governo e as listas de deputados do PS, “onde há uma significativa presença de mulheres” aos camaradas que estiveram contra ele no Congresso de Guimarães, no âmbito da política de “unidade, renovação, abertura e convergência” que tem sido levada a cabo desde há dois anos.

“A composição do Governo é mais alargada do que a maioria que apoiou no Congresso de Guimarães” o actual secretário-geral, disse.

Jaime Gama estendeu depois essa abertura de Sócrates à presença de “muitos independentes qualificados” no Executivo.

J. C. C. B.

Fonseca Ferreira propõe primárias para escolha de candidatos

PS: AS PESSOAS NO CENTRO DAS POLÍTICAS

LIDERAR um projecto de mudança nacional implica fazer reformas internas de modo a abrir o PS à sociedade e colocar as pessoas no centro das suas reflexões e actividades partidárias e governativas. Esta a ideia central da moção global ao XV Congresso que teve como primeiro subscritor o camarada Fonseca Ferreira e que propunha, inovadoramente, a realização de eleições primárias para escolher os candidatos do PS e onde poderiam participar militantes, simpatizantes e votantes declarados.

Na sua intervenção perante os congressistas, no segundo dia de trabalhos, Fonseca Ferreira disse

que as primárias devem ser encaradas como “objectivo central” no partido, na medida em que são “um instrumento essencial” para “refundar as ligações do PS com os cidadãos”.

“Gostaríamos muito de que o Partido Socialista fosse pioneiro nesta transformação crucial”, afirmou ao apresentar a moção intitulada “PS: As Pessoas no Centro das Políticas”, ocasião que aproveitou também para propor a constituição de um grupo de trabalho para reflectir sobre as primárias.

Manifestando o seu apoio ao projecto de modernização encetado pelo Governo de José Sócrates, Fonseca Ferreira evidenciou, porém, particular preocupação com a durabilidade e



sustentabilidade dos resultados das políticas sociais em curso,

advogando a necessidade de explicar claramente cada medida de austeridade necessária ao desenvolvimento do país.

“O Governo não pode recuar pelos protestos de algumas corporações, mas também não podemos apoiar-nos na infalibilidade das nossas políticas num contexto de maioria absoluta”, declarou, destacando, entre as transformações avançadas pelo Executivo, a reforma do Estado e defendendo para tal a descentralização de poderes e competências, bem como a regionalização.

“Precisamos das regiões para racionalizar políticas de carácter regional”, afirmou, acrescentando que modernizar passa também e necessariamente por uma nova relação com a natureza e pelo

desenvolvimento sustentável dos territórios.

Na cena política internacional – prosseguiu – “os socialistas têm um papel fundamental na luta pela igualdade de oportunidades, pela paz, contra a pobreza, a exclusão e a fome”.

Já no contexto europeu, frisou serem “cada vez mais necessárias a estabilidade geográfica e a reestruturação das instâncias executivas”.

Quanto à globalização, fenómeno que descreveu como “inevitável”, Fonseca Ferreira alertou para a necessidade de uma reflexão séria e profunda que prepare o caminho para a sua regulação deste e que usufrua do envolvimento directo dos cidadãos.

M.R.

Roseta questiona aplicação de promessas do Governo

SOLIDARIEDADE E CIDADANIA

“SERÁ que estamos a fazer no Governo aquilo que prometemos?”, perguntou Helena Roseta, sustentando que o PS tem de ser “implacável” na resposta a essa pergunta.

No discurso de apresentação da moção global “Solidariedade e Cidadania”, de que é co-autora com o camarada José Leitão, a ex-deputada socialista sublinhou que “só serão aceites medidas difíceis do que se prometeu se as razões das mudanças forem justas”, acrescentando que “isso implica discutir livremente dentro do PS” essas medidas.

“Também nós temos o sentido do dever: o dever de ser capazes de transmitir as dúvidas, as perplexidades e as interrogações que



hoje se colocam a milhares de portugueses que votaram no PS e que não aceitam o agravamento

das desigualdades nem ser catalogados de corporativistas só porque defendem interesses que são legítimos”, disse.

Reiterando que “é preciso respeitar os cidadãos que estão na rua”, Helena Roseta defendeu que o Governo tem de desenvolver “uma estratégia em que a sociedade se reveja”.

Depois de lembrar que “ainda não somos uma sociedade inclusiva”, a ex-deputada socialista reafirmou, categoricamente, não aceitar “que se deem abaixo barracas com pessoas lá dentro que não têm alternativa de habitação”.

“A nossa luta não é contra os mais pobres, é contra os que abusam do poder e do dinheiro”, salientou.

Na sua intervenção, Roseta defendeu um combate contra a corrup-

ção, “que mina a credibilidade da democracia”, referindo que “temos de ser implacáveis com a especulação imobiliária e dos solos”.

A actual bastonária da Ordem dos Arquitectos reafirmou o seu total empenhamento pela vitória do “sim” no referendo sobre o aborto, mas defendeu que se a consulta não for vinculativa, num sentido ou noutro, “o Grupo Parlamentar deve assumir a responsabilidade de mudar a lei”.

José Leitão, que também subiu ao palco para apresentar a moção “Solidariedade e Cidadania”, afirmou que “ninguém deve ter dúvidas que as políticas do Governo são muito diferentes das que seriam prosseguidas por um governo de direita, basta ver as propostas do Compromisso Portugal”, mas isso,

frisou, “não nos pode inibir de nos interrogarmos sobre algumas das opções e dizer, com clareza, aquilo com que não estamos de acordo”.

E manifestou preocupação “a ausência de perspectiva estratégica” no que se refere à reforma da Administração Pública, porque, defendeu, “devíamos começar por definir quais são para nós as tarefas fundamentais do Estado”.

Depois de referir que “o Estado-Providência tem de continuar a ser definido como um direito para todos, incluindo a classe média, com o é nos países nórdicos e não a dispensa de migalhas aos pobres”, José Leitão defendeu que “é preciso reinventar o socialismo democrático”, o que exige que “a solidariedade e a cidadania sejam o motor da nossa acção”. J.C.C.B.

O PS não se intimida com protestos nem tem medo de fazer reformas

SESSÃO DE ABERTURA

É chegado o momento de mobilizar todos os socialistas para três batalhas cruciais: referendo à despenalização da interrupção voluntária da gravidez, presidência portuguesa da União Europeia e as próximas eleições regionais. Esta a mensagem deixada pelo líder reeleito do nosso partido, José Sócrates, ao XV Congresso, no discurso de abertura dos trabalhos em que garantiu que o PS não se intimidará com manifestações de protesto engendradas para travar um programa de reformas necessárias para modernizar Portugal e defender o Estado Social.

MARY RODRIGUES

NA SUA primeira intervenção perante os congressistas, participantes, convidados e militantes que esgotaram a lotação do pavilhão do Centro de Exposições escalabitano (CNEMA), o secretário-geral afirmou que o Executivo que chefia e o partido que lidera não são indiferentes às críticas, mas têm clara a sua missão: “levar até ao fim as reformas fundamentais para o futuro do nosso país”.

“Há muitas coisas que dizem deste Governo, mas há coisas que ninguém poderá dizer. Ninguém poderá dizer que escolhemos o caminho da facilidade, à espera de popularidades fáceis ou que governámos com cálculo a pensar nos ciclos eleitorais”, declarou, criticando de seguida as “décadas de adiamentos” do país em termos de reformas, muitas vezes paradas por conveniências eleitoralistas.

Depois de deixar claro que não desvaloriza as críticas dos outros partidos, afiançou estar muito “atento às sinceras preocupações das pessoas”.

“Mas se esses que patrocinaram ajuntamentos de activistas à porta das iniciativas do PS julgam que intimidam os socialistas e impressionam o seu Governo, desenganam-se, vêm bater à porta errada, porque este partido já viu muita coisa e nunca se deixou intimidar”, avisou, dando garantias de que, na qualidade de primeiro-ministro, está disponível para “ouvir a rua”, sem contudo deixar de “ouvir também o que a maioria dos portugueses disse nas eleições” de Fevereiro de 2005.

“É assim que funciona a democracia”, lembrou, antes de afiançar que o objectivo central do mandato do Governo “é fazer prevalecer o interesse geral, o interesse de todos os portugueses”.

Ao fazer o balanço de ano e meio de actividade governativa, Sócrates recordou a variação positiva registada em diversos indicadores económicos que provam que a economia portuguesa está em crescimento e que os portu-

gueses podem confiar no PS.

Deixando um recado às oposições de esquerda e de direita, frisou: “Não partilhamos da ilusão de uma certa esquerda de que não há governação sem Governo”, para depois distanciar-se igualmente da “nova agenda da direita” que propõe “o despedimento de funcionários públicos, a privatização parcial da Segurança Social, a retirada do Estado das funções de prestação na educação e na saúde”.

“Quem nos acusa de governar à direita não percebeu ainda por onde passa nos dias de hoje a diferença entre a esquerda e a direita”, disse categórico, vincando que “se há marca que caracteriza e distingue o PS no Governo, essa marca é a da modernização do da Administração Pública, da economia e da sociedade”.

E prosseguiu: “A diferença está no papel do Estado para garantir os direitos sociais, para promover a justiça e a coesão social”.

José Sócrates criticou ainda o facto de ter havido sempre uma certa esquerda a querer ensinar ao PS o que é ser de esquerda, sublinhando que o partido está “seguro da sua identidade” e que se encontra “aberto a novas ideias e à mudança”.

No capítulo da agenda de reformas e das políticas de rigor que o Governo tem vindo a implementar, Sócrates reconheceu que se está a pedir esforços aos portugueses, lembrando depois que tais esforços “estão a ser repartidos com justiça”.

Respondendo “às observações daqueles” que declararam antecipadamente que no XV Congresso não haveria debate nem reflexão, Sócrates manifestou reear que estes “confundam a realidade com os seus desejos”.

“Exorto pois todos os congressistas a exprimirem-se livremente, contribuindo assim para uma melhor síntese de ideias e para a unidade no programa de acção”, declarou o líder socialista, acrescentando de seguida que



“é a afirmação da unidade e da mobilização do PS em torno do seu programa reformista, em

torno dos valores da liberdade, da igualdade, da solidariedade e da modernidade” que fazem do nos-

so um partido digno da confiança dos portugueses, seguro de si e da sua história”.

RASMUSSEN DEFENDE UMA NOVA EUROPA SOCIAL

O PRESIDENTE do Partido Socialista Europeu (PSE) e ex-primeiro-ministro da Dinamarca, Poul Rasmussen, defendeu a modernização do Estado-Providência e a criação de uma nova Europa Social, num discurso repleto de elogios à acção de José Sócrates.

Depois de lembrar que a Europa é hoje “o único continente do mundo onde ainda se combina competitividade, protecção no emprego e justiça social”, Rasmussen alertou que face ao fenómeno da globalização que “mudou tudo, não podemos funcionar como se nada estivesse a acontecer”, sendo necessário fazer reformas para assegurar mais empregos e melhor Segurança Social.

Falando no segundo dia de trabalhos do Congresso de Santarém, Poul Rasmussen referiu que, enquanto primeiro-ministro da Dinamarca, “também fez reformas difíceis, como José Sócrates está agora a fazer em Portugal” e que



foram coroadas de êxito.

Hoje, frisou, “a Dinamarca tem a maior taxa de crescimento económico da Europa, uma saudável política orçamental, a melhor protecção social e a menor taxa de desemprego”.

E salientou que “este caminho é o que José Sócrates está a prosseguir. É o caminho certo para Portugal e estou certo que conseguirão os mesmos resultados”, acrescentando ainda que o primeiro-ministro português “é uma inspiração para outros líderes socialistas europeus”.

O líder do PSE considerou que José Sócrates está no caminho certo, porque “está a dar prioridade à criação de novos e melhores empregos, em paralelo com reformas na Segurança Social e na educação”.

Segundo Rasmussen, os socialistas devem bater-se por reformas que conciliem competitividade com justiça social, visando a construção de uma nova Europa Social assente em três ideais-chave: uma Europa inclusiva, em que ninguém fique para trás; uma Europa do conhecimento para todos, com uma forte aposta na qualificação; e uma Europa rica em postos de trabalho. J.C.C.B.

Modernizar Portugal

O elogio à coragem demonstrada pelo Executivo do PS na implementação da sua agenda reformista em prol da modernização do país foi o denominador comum das intervenções feitas durante o XV Congresso Nacional do nosso partido.

Em Santarém, muitos foram os delegados que pediram a solidariedade para alguns governantes mais visados pelas críticas da oposição, numa reunião magna que decorreu em clima de unidade, mas onde o debate contou também com vozes críticas.

J.C. CASTELO BRANCO/MARY RODRIGUES

O CAMARADA Manuel Alegre fez uma intervenção marcada por alertas face aos “défices sociais” que disse existirem presentemente no país.

Começando com uma saudação a José Sócrates pela sua recente reeleição para a liderança dos socialistas, Alegre ouviu os maiores aplausos da plateia quando repudiou a condenação à morte do ex-chefe de Estado do Iraque, Saddam Hussein. Saudou depois a recente vitória dos democratas nos Estados Unidos e apelou ao PS para que legisle no Parlamento a favor da despenalização do aborto, mesmo que o resultado do referendo não seja vinculativo.

Após fazer uma forte crítica ao “capitalismo sem regras” que se instalou à escala global após a queda do Muro de Berlim, defendeu que o grande desafio que se coloca ao Governo socialista é o de “saber como resistir” a esta nova lógica neoliberal “sem colocar em causa os direitos sociais”.

Pouco depois, o dirigente socialista e ministro da Administração Interna, António Costa, frisou que o PS só poderá chegar às próximas eleições de “consciência tranquila” se “não ficar refém de consensos” e se nunca se deixar “capturar por interesses instalados”.

Costa referiu igualmente que os reptos que se coloca ao Executivo passam pelo combate à pobreza, pela consolidação das finanças públicas e pela promoção do crescimento económico.

“Esta é uma responsabilidade colectiva de todos os militantes que exerçam cargos, quer sejam no Governo, nas autarquias ou nos sindicatos”, frisou.

Após defender o “aprofundamento do Estado Social”, reconheceu a necessidade de saber ouvir e de respeitar os protestos populares, ressaltando contudo, que o Executivo tem consciência de que não pode recuar em questões essenciais para o desenvolvimento sustentável do país, “até porque foi eleito com maioria absoluta” e esse facto lhe atribui responsabilidade acrescida de não deixar tudo na mesma.

No capítulo do referendo sobre a IVG, António Costa considerou, pessoalmente, que o resultado da consulta popular deve ser respei-

tado, ganhe o “sim” ou o “não” à mudança da lei e mesmo que votem menos de metade dos eleitores.

O dirigente socialista e ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, foi muito aplaudido pelos delegados ao afirmar que o Governo combate o imobilismo e o pessimismo.

Santos Silva enumerou medidas do Executivo e disse que este tem como metas a luta contra a discriminação e pela igualdade de oportunidades, pela criação de riqueza, pelo estímulo ao investimento, combatendo a burocracia.

Os opositores dessas metas – acrescentou – “não são as pessoas, os grupos profissionais”, são “a agenda do imobilismo” e “o pessimismo militante” que têm “bloqueado o desenvolvimento do país”.

Edite Estrela interveio também no segundo dia trabalhos para frisar a eficácia da actual governação que – afirmou – “sabe ouvir os anseios dos portugueses, dialoga, mas sabe decidir e tem coragem para fazer as reformas necessárias”.

Para a eurodeputada socialista, “o Governo chefiado por José Sócrates está a fazer de Portugal um exemplo para a Europa”.

Derrotar fundamentalismo na IVG

Na sua intervenção ao Congresso, Maria de Belém Roseira centrou-se na questão da despenalização da interrupção voluntária da gravidez, afirmando-se contra o que qualificou como “fundamentalismo ideológico” e contra “uma lei que se aplica só às mulheres mais pobres e frágeis”.

“O PS deve respeitar de forma absoluta o resultado da consulta popular”, sustentou, avisando que “é preciso fazer uma campanha a favor do “sim” que não seja partidária nem governamentalizada”.

Recordando que “os inimigos que devemos combater são os problemas e não as mulheres”, a dirigente socialista defendeu que a derrota desses problemas passa por envolver na batalha as pessoas e não pela sua hostilização.

O presidente da Federação de Santarém, António Rodrigues, elogiou a agenda reformista do Governo do PS, sublinhando a coragem

com que tem sido implementada, e garantiu que os socialistas escalarão mais força “para fazer mais e melhor” com o acolhimento na cidade do XV Congresso.

Nesta ordem de ideias, o líder do PS de Coimbra, Vítor Baptista, afirmou que “somos um partido de reformistas”, aconselhando o Executivo chefiado pelo camarada José Sócrates a prosseguir o rumo de mudanças traçado, especialmente na Administração Central e na Saúde, ainda que estas se perspectivem difíceis.

Também Francisco Assis, destacou a importância e a urgência de dar continuidade às mudanças encetadas, considerando que essa é a senda de uma “esquerda democrática e responsável”.

Para o eurodeputado, “este Governo percebeu o presente”, pelo que ao impulso reformista deverá seguir-se “a consolidação da mudança e a sua explicação clara”.

Já o governador civil de Leiria, José Miguel Medeiros, considerou que a atitude corajosa de José Sócrates à frente do Governo “devolveu ao PS o orgulho de ser poder e acabou de vez com o velho discurso segundo o qual os socialistas não sabem gerir as contas públicas”.

Garantir o SNS

Por sua vez, o ministro da Saúde, Correia de Campos, explicou aos congressistas os motivos da aplicação das taxas moderadoras sobre internamentos e cirurgias ambulatoriais, sublinhando que “pequenos sacrifícios imediatos são a melhor garantia do futuro do Serviço Nacional de Saúde (SNS)”.

E lembrou, a propósito, que em Portugal, há “5,5 milhões de portugueses isentos” dessas taxas, mas isso, frisou, “é uma coisa que a oposição e a imprensa sensacionalista tentam sempre esconder”.

A taxa de cinco euros por dia, adiantou, “não paga três quartos sequer de uma só refeição no hospital” e o Governo espera ter uma receita de “sete a nove milhões de euros” que irá permitir “tratar dois mil novos casos de doentes de cancro”.

E acrescentou que “a nenhum doente será barrado o seu internamento ou a sua cirurgia. Temos razão mas também temos coração”.

Na sua intervenção, Correia de Campos sustentou que “não fazer reformas é sinónimo de irresponsabilidade”, já que “o SNS, bem gerido, previne tentações de interesses privados”.

Segundo ainda o ministro da Saúde, “a fuga para a privatização, como propõe o PSD, vem de quem nunca acreditou no SNS. Apenas se colou a ele por oportunismo político”.

Reformismo não tem intervalos

O líder do Grupo Parlamentar

do PS, Alberto Martins, subiu ao palco para sublinhar que o XV Congresso Nacional “é um grande momento para o partido e para Portugal”, onde mais uma vez estiveram presentes “os grandes valores do PS: liberdade, justiça e solidariedade”.

Alberto Martins afirmou que o Governo tem “uma grande coragem reformista e procura a coesão social”, acrescentando que “não podemos ficar a meio caminho, porque o reformismo não tem intervalos, nem tem lapsos”.

Por outro lado, o líder da bancada socialista disse que “temos de recusar o canto da sereia da direita, que visa o desmantelamento do Estado Social”, bem como “a esquerda situacionista, que é filha de todos os muros de Berlim”.

E sublinhou que “os sacrifícios que o Governo está a pedir aos portugueses são assentes em políticas justas, que visam um futuro com mais desenvolvimento e justiça social”.

O dirigente do PS José Lello referiu que o que está em causa no Congresso é a discussão da estratégia política, que deve ser abordada “com grandeza e à revelia das minudências da pequena política”, salientando que o rumo que tem vindo a ser prosseguido pelo partido “foi traçado no Congresso anterior e sufragado pelos portugueses nas urnas”.

Depois de lembrar que o Executivo de José Sócrates está a tirar o país da “crise” e do “atoleiro” herdados dos anteriores governos de direita, José Lello elogiou a aposta “na via reformista coerente e decidida” que tem sido levada a cabo e que irá conduzir a “um futuro de progresso e de crescimento económico”.

Mas, ressaltou, “a concretização das reformas não está ainda a meio do processo”, acrescentando que, por isso, “não podemos ceder a taticismos que viciam a estratégia, nem a adeptos timoratos das meias-tintas”.

O deputado João Soares, que no último Congresso disputou a liderança do partido com José Sócrates e Manuel Alegre, começou por deixar claro que se revê “de forma solidária na estratégia seguida pelo Governo”, que tem demonstrado “coragem e determinação”, prometendo “empenho total” nas batalhas futuras, como é o caso do referendo sobre a despenalização do aborto.

E apresentou “três bandeiras” que gostaria que fossem propostas pela próxima presidência portuguesa da União Europeia: o fim dos “off-shores” nos territórios da União; a aplicação da taxa Tobin, que considerou “fundamental para a defesa do modelo social europeu” e a “afirmação de forças de defesa e segurança comuns na União”, sem



as quais, alertou, “a Europa continuará num papel subalterno”.

A insustentável precariedade do emprego

O líder da JS, Pedro Nuno Santos, afirmou que apesar do bom desempenho do Governo em várias áreas, “há problemas que persistem”, apontando “a excessiva precarização do emprego”, onde abundam situações “absolutamente inaceitáveis” como os falsos recibos verdes e os estágios não remunerados na advocacia e na comunicação social, a que urge pôr cobro.

Por outro lado, Pedro Nuno Santos defendeu medidas que “facilitem o acesso dos jovens à habitação própria” e prometeu “mobilização total” dos jovens socialistas na luta pela despenalização da IVG, “a maior batalha da vida da JS”.

Já Carlos Zorrinho lembrou que “o PS sempre foi um partido de fidelidade aos valores com a capacidade de dar respostas a cada momento histórico”.

O coordenador nacional do Plano Tecnológico e da Estratégia de Lisboa manifestou ainda o seu “orgulho” pela governação socialista que está a “modernizar a economia”, realçando que “o crescimento económico é a base para poder haver uma política redistributiva”.

O eurodeputado Joel Hasse Ferreira afirmou que “este é um Congresso que perspectiva o futuro que queremos construir”, classificando como “inadiáveis” as reformas que o Governo tem vindo a implementar, como é o caso da reforma da Administração Pública, “que não põe em causa os direitos dos trabalhadores – mas sim as regalias de alguns tantos”.



Já a reforma da Segurança Social pública, disse ser “uma garantia de futuro”.

Habitação também deve ser prioridade

Por sua vez, o deputado Miguel Coelho defendeu que “o Governo não pode ficar a meio no seu caminho reformador”, sublinhando, no entanto, ser necessárias mais explicações e esclarecimentos sobre a natureza de algumas medidas.

O também presidente da Concelhia de Lisboa referiu que a habitação também deve ser uma prioridade da acção governativa, defendendo a obrigatoriedade de todas as novas urbanizações terem 25 por cento dos fogos a custos controlados, o que, fez questão de sublinhar, teria um largo alcance social, sem quaisquer encargos para o Estado.

Numa intervenção que mais galvanizou os congressistas, Jorge Coelho começou por sublinhar a sua “grande alegria” por participar num “Congresso especial” que marca “a mudança de ciclo” da vida portuguesa, porque “o nosso partido está a dar a volta aos problemas do país, com um grande líder”.

Depois de lembrar que “há dois anos o país estava sem rumo, em recessão, sem confiança no futuro”, o antigo ministro e deputado afirmou que o Governo do PS “teve a coragem de mudar as situações mais difíceis e os resultados começam a estar à vista”, no âmbito da política reformista que tem como objectivo fazer com que “o Estado Social e a solidariedade sejam possíveis”.

Jorge Coelho criticou a postura seguida pelo maior partido da oposição, o PSD, sublinhando que a “resposta” dos portugueses é que o partido de

«O PS só poderá chegar às próximas eleições de “consciência tranquila” se “não ficar refém de consensos” e se nunca se deixar “capturar por interesses instalados”»

ANTÓNIO COSTA

Marques Mendes se “enterra cada vez mais”, nas sondagens e na opinião pública, segundo noticiam os jornais.

Por outro lado, Jorge Coelho elogiou o secretário-geral do PS pela forma como “tem procurado a unidade do partido” desde o Congresso de Guimarães, apontando como exemplo “a composição do Governo e dos órgãos do PS”.

Por último, algo comovido, afirmou que, apesar de ter abandonado recentemente os cargos públicos, será “socialista toda a vida” e continuará a bater-se por “um país mais justo e com maior coesão social”.

Socialistas prontos para substituir Jardim

O presidente do PS/Madeira, Jacinto Serrão, acusou Alberto João Jardim de governar mal, com “manigâncias, truques, empresa biombos para esconder o endividamento”, distribuir mal a riqueza gerada na região, e fazer obras que “não se traduziram em desenvolvimento sustentado”.

Jacinto Serrão referiu ainda a “má qualidade da democracia na região” e os “insultos e linguagem trauliteira do presidente do Governo Regional”, salientando que “o PS está pronto

para assumir a mudança política na região”.

Quanto à nova Lei das Finanças Regionais, disse que é “um instrumento favorável às autonomias” e com “regras claras”, que só poderá desagradar aos que “não querem jogar limpo, que querem viver à margem da lei e desrespeitar os limites do endividamento”.

Optimismo regressou a Portugal

Antes, o presidente do PS/Açores e do Governo Regional, Carlos César, afirmou que o Congresso de Santarém “ficou marcado pelos desafios que o PS tem obrigação de dar resposta”.

Sempre ao longo da sua história, “o PS assumiu o desafio de assumir a esperança na política, na democracia e em Portugal”, salientando que hoje com a governação socialista “o optimismo voltou a Portugal” e o “pessimismo” ficou na oposição. Esta nova realidade, acrescentou, “deve-se ao Governo e a um homem de acção, José Sócrates, que é o garante de um projecto de justiça e modernizador para um Portugal com mais igualdade de oportunidades que todos os socialistas desejam”.

Carlos César elogiou ainda a reforma das finanças locais, que considerou ser “uma lei justa, responsabilizadora para as regiões autónomas”.

Outra das vozes presentes no Congresso foi a da camarada Maria Manuela Augusto, presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, que defendeu que a “democracia do século XXI tem de ser de parceiros iguais e de cidadania plena”.

No âmbito da educação para a cidadania, Maria Manuela Augusto disse que “a escola pública deve promover as competências para a igualdade de género”.

Sobre o referendo sobre a despenalização do aborto, reiterou que “o PS deve mobilizar os portugueses para participarem nesta consulta popular e esclarecer o que está em causa, desmontando a demagogia que irá surgir na campanha pelos adeptos do ‘não’”.

A eurodeputada Ana Gomes desafiou o PS e o Governo a assumirem as propostas contra a corrupção apresentadas por João Cravinho, sublinhando que “em nenhuma área se sente mais a falta do funcionamento da justiça do que no combate à corrupção, que corrói a economia, afronta o Estado e agrava as desigualdades”.

Ana Gomes disse ainda estar em absoluta sintonia com João Soares em relação ao encerramento das “off-shores” ao “nível global”, porque, entre outros malefícios, sabe-se que por detrás da corrupção e da fraude fiscal está, frequentemente, o crime organizado e até pode estar o terrorismo”.

Rasgados elogios ao trabalho desenvolvido pelas Secções de Acção Sectorial e Temáticas foi a nota dominante da deputada Custódia Fernandes, que salientou o contributo destas “para o combate por um modelo de desenvolvimento solidário e sustentável”.

“É preciso reformar com sensibilidade e em concertação”, defendeu o líder da Tendência Sindical Socialista, João Proença, sublinhando que “a reforma da Administração Pública exige diálogo e respeito pela dignidade dos trabalhadores e combate aos privilégios de alguns”.

Face à globalização de cariz neoliberal, o líder também líder da UGT sustentou que “é preciso um outro modelo de desenvolvimento que aposte na qualificação, inovação e qualidade”.

Na sua intervenção, João Proença lembrou ainda que “os sindicatos fazem parte da matriz ideológica do PS, que sempre respeitou a autonomia dos seus sindicalistas”.

O eurodeputado Emanuel Jardim Fernandes defendeu que “o empenho de cada um dos congressistas é essencial para reforçar o Governo do PS, que está a pôr em marcha um conjunto de reformas que não podem parar”.

É preciso, acrescentou, “que deste Congresso saia um apoio forte e inequívoco” ao Executivo de José Sócrates, acrescentou.

Outro eurodeputado, Manuel dos Santos, considerou que “a sustentabilidade das finanças públicas e as reformas que o Governo está a levar a cabo só têm sentido se forem postas ao serviço da coesão social”.

O vice-presidente do PE disse apoiar a reforma da Segurança Social e afirmou estar convicto de que “com José Sócrates vamos conseguir um Portugal mais solidário”.

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Vieira da Silva,

referiu que a maioria socialista se encontrou “num momento de encruzilhada em que há escolhas a fazer”, nomeadamente em relação ao modelo social e à educação.

Quanto ao modelo social, explicou, “o PS assumiu que se nada fosse feito, o modelo de protecção social estaria em risco”. Por isso, acrescentou, “assumimos uma reforma que visa garantir a sustentabilidade da Segurança Social”.

Relativamente à educação, afirmou que também nesta área “é preciso falar verdade”, porque o sistema de ensino “não respondia ao défice de qualificação” dos portugueses e “a escola pública estaria condenada se nada fosse feito”.

Por isso, acrescentou, “vamos modernizar a escola pública, recuperar o atraso e garantir melhor educação”.

Coração bate à esquerda

“O PS tem uma memória de tolerância legada pelos seus fundadores, em especial de Mário Soares”, afirmou o deputado e presidente da Federação de Setúbal, Vítor Ramalho, sublinhando que “o PS é um partido de homens livres, onde ser solidário é ser frontal, não subserviente”.

Vítor Ramalho salientou ainda que Setúbal é um distrito “onde o coração bate à esquerda e onde os socialistas têm sempre maiorias confortáveis”.

E, porque estávamos a 11 de Novembro, o dirigente socialista não esqueceu esta data, aproveitando para saudar mais um aniversário da independência de Angola, país onde nasceu.

José Junqueiro sublinhou que “o Governo do PS tem dado grande qualidade à democracia, porque apesar da maioria absoluta tem procurado consensos”. E exemplificou: “Na Assembleia da República, em 90 leis aprovadas, apenas 10 foram por maioria absoluta”.

Por outro lado, o deputado e presidente da Federação de Viseu do PS referiu que gostou de ver o primeiro-ministro dizer “basta” a Alberto João Jardim. Ao contrário, frisou, “nos Açores há rigor, disciplina orçamental, com défice zero”.

Num regresso fortemente aplaudido, Paulo Pedroso voltou a discursar num Congresso do PS, para considerar que “está a ser feito o que deve ser feito” pelo Governo liderado por José Sócrates.

O ex-ministro de António Guterres referiu que os socialistas têm de assumir que “o caminho da esquerda é reinventar o nosso modelo social” e que “o projecto socialista para Portugal tem como objectivo fazer com que daqui a uma década haja menos desigualdades e pobreza e melhores serviços públicos, em particular nas áreas da educação e saúde”.

Paulo Pedroso considerou ainda que daqui a dois anos serão mais claras as diferenças entre o projecto socialista e a direita e salientou que “os partidos socialistas são aliados estratégicos dos movimentos de trabalhadores”.



HU CON
NAC
10, 11 e 12

S A N



CONGRESSO NACIONAL
2 Novembro 2006

UNITARÉM

Socialista

Lista para a Comissão Nacional eleita com 88,6 por cento dos votos

A LISTA única para a Comissão Nacional do PS, proposta pelo secretário-geral socialista, José Sócrates, foi eleita com 88,6 por cento dos votos, 7,3 por cento de votos brancos e 4,1 por cento de votos nulos.

O resultado das eleições para a Comissão Nacional do PS, o órgão máximo entre congressos, que decorreram no último dia de trabalhos da reunião magna de Santarém, foi anunciado pelo presidente da mesa e presidente do partido, Almeida Santos.

De acordo com Almeida Santos, a lista de José Sócrates, que tem Jaime Gama como número um, obteve 975 votos a favor,

80 brancos e 45 nulos, num universo de 1100 votantes.

Já a lista para a Comissão Nacional de Jurisdição proposta pelo secretário-geral, liderada por António Ramos Preto, alcançou 962 votos a favor, 87,5 por cento, 84 votos brancos, 7,6 por cento, e 58 votos nulos, correspondentes a 5,3 por cento do total.

Com o mesmo universo de votantes, 1100, a também lista única para a Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira, encabeçada por Domingues Azevedo, obteve 960 votos favoráveis (87,3 por cento), 85 votos em branco (7,7 por cento), e 55 nulos (5 por cento).



Comissão Nacional

Effectivos

Jaime Gama
António Vitorino
Edite Estrela
Jorge Coelho
Carlos César
Ana Paula Vitorino
António Costa
Alberto Martins
Idália Moniz
Alberto Costa
Carlos Lage
Manuela Augusto
José Lello
Pedro Silva Pereira
Maria de Belém
Sérgio Sousa Pinto
João Proença
Maria Carrilho
João Cravinho
Orlando Gaspar
Elza Pais
Capoulas Santos
Eduardo Cabrita
Leonor Coutinho
Vitalino Canas
Miranda Calha
Maria da Luz Rosinha
António José Seguro
Correia de Campos
Maria Antónia Almeida Santos
Marcos Perestrello
Mesquita Machado
Maria de Lurdes Ruivo
Carlos Teixeira
Emanuel Jardim Fernandes
Custódia Fernandes
José Lamego
João Soares
Celeste Correia
Ascenso Simões
José Apolinário
Rosa Maria Albernaz
Fernando Serrasqueiro
Vieira da Silva
Maria do Carmo Antunes
José Vera Jardim
Manuel Seabra
Rosalina Martins
António Magalhães
Carlos Zorrinho
Joana Lima
Fausto Correia
Mário Lino
Maria Amélia Antunes
Horácio André Antunes
Eduardo Victor Rodrigues
Marta Rebelo
Luis Malheiro Vilar
Armando França
Maria Helena André
Fernando Jesus
Rui Cunha
Ana Catarina Mendes
Francisco Assis
Castro Fernandes
Ana Gomes
Orlando Soares Gaspar
Dias Baptista
Maria Santos
Carlos Trindade
Rosa do Céu

Carla Tavares
José Miguel Medeiros
Sérgio Paiva
Isabel Santos
António Gameiro
Hélder Silva
Maria do Carmo Sequeira
Afonso Abrantes
Bernardo Trindade
Andreia Cardoso Costa
Henrique Fernandes
Miguel Ginestal
Isabel Sena Lino
Arons de Carvalho
José Luís Serra
Sónia Fertuzinhos
Joel Hasse Ferreira
António Parada
Fátima Ferreira
Fernando Moniz
Carlos Candal
Maria José Baptista
António Martinho
Augusto Santos Silva
Carla Andreia Reis Violante
António Farinha do Amaral
Fernando Gomes
Glória Araújo
Antero Gaspar
José Luís Carneiro
Ana Elisa Costa Santos
Rui Paulo Figueiredo
José João Carias
Paula Alves
Victor Hugo Sequeira
Jorge Lacão
Palmira Maciel
Joaquim Pina Moura
Otilia Areal
José Mota
Guilherme Pinto
Jamila Madeira
Manuel Maria Carrilho
Ruben Raposo
Helena Terra
Mário de Almeida
Afonso Lobão
Fernanda Ramos
Eduardo Mendes Brito
Fernando Peixinho
Jesuína Ribeiro
Pedro Farmhouse
António Reis Marques
Ângela Pinto Correia
Fernando Rocha Andrade
Jorge Manuel Conceição T. Bento
Ana Maria Ferreira
Fernando da Conceição Mariana
José Ribeiro
Eurídice Pereira
António Galamba
Fonseca Ferreira
Maria Edite de Sousa
Pedro Marques
Alberto Mesquita
Margarida Gariso
Marques Júnior
Vasco Franco
Fernanda Rocha
José Lemos
Luís Vieira

Maria Augusta Santos
Ricardo Bexiga
Fernando Rodrigues
Romana Romão
Osvaldo Castro
Raul Martins
Anabela Freitas
Horácio Barra
José Correia da Luz
Isabel Raminhas
Rui José Prudêncio
João Eduardo Dias Gouveia
Dalila Araújo
Francisco Leal
Jorge Catarina
Paula Cristina
Vítor Freitas
Manuel Pizarro
Maria Armanda Gavião
Nuno Freitas
Pedro Artur Coimbra
Luísa Mendonça
Acácio Rodrigo Santos Lopes
Joaquim Valente
Inácia Odete
José Contente
Mário Mourão
Carla Madeira
Pereira Pinto
Jaime Leandro
Teresa Pedro
Umberto Pacheco
António Borges
Cristina Vieira
António Vassalo de Abreu
Domingos Bragança
Susana Martins
João Paulo Santos
José Luís Catarino
Manuela Magalhães
Emanuel Martins
Paulo Campos
Carla Correia
Alexandre Rosa
António João Paredes
Ema Paula Gonçalo
Joaquim Ramos
Sérgio Ávila
Alcídia Lopes
Luís Vaz
Fernando Pratas
Horácia Pedrosa
Esmeraldo Carvalhinho
Eduardo Bragança
Aldemira Pinho
Vítor Hugo Salgado
Emílio Torrá
Marisa Macedo
José Paulo Farinha
José Alberto Alves
Luisa Gomes
Rosa do Egípto
Fernando Medina
Luisa Silva
Bravo Nico
João Sequeira
Maria Isabel Galvão
João Tiago Silveira
Artur Penedos
Margarida Moreira
Armando Paulino
Luís Nazaré

Maria de Lurdes Cunha
Vitor Pereira Dias
Luís Gaspar
Maria da Conceição Casanova
Paulo Penedos
Filipe Neto Brandão
Maria Daniela Silva
Strecht Ribeiro
José Ribeiro
Cândida Cavaleiro Madeira
António Branco
Ricardo Gonçalves
Mafalda Gonçalves
José Inocêncio
Rui Oliveira e Costa
Ana Couto
João Almeida Santos
Lucinda Duarte
Catarina Dias
Rui Pedro Soares
Magda Ribeiro
Luís Gonelha
Ana Cristina Costa
Júlia Rodrigues
Henrique Ferreira
Catarina Furtado
João Carlos Marcelo
José Alberto Fateixa
Sandra Rodrigues
Miguel Fontes
Emídio Xavier
Sandra Vitorino
José Emílio Moreira
Fernando Cerqueira
Maria João Botelho
Luís Carito
Alexandra Tavares Moura

Suplentes

Manuel dos Santos
Rui Veira
Berta Nunes
José Tunes
José Amaral Veiga
Inês Drumond
João Reigota
Pedro Magalhães Ribeiro
Ana Cristina Silva
Marcos Sá
João Carlos Gouveia
Hortense Martins
Vítor Sousa
João Vasconcelos
Isabel Coutinho
André Figueiredo
Paulo Pisco
Nazaré Lança
Sérgio Sintra
Rui Oliveira
Teresa Seabra
António Eusébio
Miguel Nascimento
Zelmira Rosa Costa
Miguel Rasquinho
Óscar Soares
Sandra Ralha
Jorge Nobre dos Santos
Carlos Mingacho
Alice Martins
Vítor Duarte
Eduardo Chagas
Maria José Arcos

Manuel da Silva
Eugénio Frois
Carla Patrícia Silva
Alexandre Sargento
Altamiro Claro
Conceição Rodrigues
Agostinho Gonçalves
Mário Ferreira
Teresa Almeida
Mário Marques
Jorge Dantas
Fátima Rocha
Rui Crisóstomo
Nélia Figueiredo
Marisabel Mota
Rui Lourenço
José Emílio Moreira
Maria da Luz
Lucinda Fonseca
Arménio Martins
Óscar Gaspar
Catarina Rodrigues
Nuno Moita
João Cunha
Ana Cristina Gomes Craveiro Paiva
Rui Lopes
Maria Leal Monteiro
Fernando Romba
Maximiano Martins
Alzira Silva
António Afonso
Miguel Laranjeiro
Juliana Martins
Fernando Oliveira
Vítor Manuel Silva
Patrocínio Azevedo
Amílcar Romano
Mário Máximo
Rita Madeira
Abílio Santos
Lúcio Pinto
Sandra Pontedeira
Adelino Mendes
Luís Santarino
Alzira Henriques
Luís Subtil
Alberto Antunes
Sandrina Piteira
António Teixeira
Bruno Gomes
Ana Paula Morais
Isabel Ventura
Acácio Pinto
Micaela Camacho
Jorge Fão
Valente Pires
Francisca Abreu
Avelino Leite
Paulo Jorge Marques
Catarina Marcelino
Fernando Queiroz
Joaquim Costa Ferreira
Teresa Damásio
António José dos Santos
Ângelo Sá
Edite Antunes
Pedro Miguel Pereira
Lisete Romão
Fernanda Freitas Dias
João Lindeza
Paulo Morgado
Fernando Dias Curto

Catarina Lopes
Francisco Dias
Domingos Júlio
Manuela Gonçalves
Arlindo Costa
Fialho Marcelino
Sandra Cristina Azevedo
Silvino Lúcio
Luís Vale
Ana Azinhaga
António Mourão
José Dias Ferreira
Maria Fernanda Franchi
Manuel Gomes Duque
Natália Conde
Guilherme Alves
Fernando Anastácio
Paula Cristina Oliveira
Francisca Luís Baptista Pereira
Helena Maria Castro
Costa Teixeira
Sandra Fortuna
Isabel Zacarias
Isabel Olaio
Gertrudes Teles Marçal
Albertina Jorge
José António Canhão
José Rui Cruz
Elsa Moura Pinheiro
Ana Maria Coelho
Dúnia Palma
Dulce Pacheco
Jorge Manuel Veloso
America Coelho
Celia Rodrigues David
Tânia Gonçalves
Maria Nabais Gargatê
Egídia Pinto Queiroz
Sérgio Viana
Fernanda Maurício
José Alberto Pereira Vieira
Paula de Deus
Jorge Botelho
Nuno Vasco A. Tavares
Cristina Simões
Manuel Bernardo Macedo
Jorge Riso
Luísa Maria Tarrafa Ramos
Eduardo Manuel Tenreiro
Jorge Manuel Fernandes Cosme
Daniela Azevedo
José Amarelinho
Fernando Antunes
Maria José Mestre
António Miguel Pina
António Menezes Rodrigues
Carlos Guimarães
Sandra Espada
Rosa Catita
Helena Maria Pavão
Luís Reguengo Maçado
Dora Brandão
Maria Celeste Graça
Augusto Salgueiro
Isabel Vígia
Fernando Montenegro
Sandra Jesus

Comissão Nacional de Jurisdição

Effectivos

António Ramos Preto
Roque Lino
Luísa Salgueiro
Nuno Godinho de Matos
António Reis
Telma Correia
João Pedroso
Álvaro Pedro
Jovita Ladeira
João Serrano
Vítor Pereira
Fernanda Asseiceira
Vassalo de Abreu
Maria Madalena
Afonso Alves Pereira
Carlos Luís

Suplentes

Fernando Vasco
Jorge Manuel Pontes
Gregório
Fátima Pimenta
Jorge Gonçalves
Ricardo Saldanha
Fernando Anastácio
Teodora Freire
Esmeralda Ramires
Ana Paula Barros

Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira

Effectivos

Domingues Azevedo
Mário Lourenço
Ana Paula Noivo
Serra Andrade
Isilda Gomes
António Brás
Carlos Monteiro

Suplentes

Maria José Gamboa
Olga Marques
Mário Jorge
Lurdes Ferreira
Sónia Melo
Armando Reis

Moções Sectoriais

Nº	MOÇÃO	SUBSCRITORES	RESULTADO VOTAÇÃO
1	Educação	Rui Caetano	APROVADA
2	Direito à Habitação	Vasco Franco Miguel Coelho	APROVADA
3	Inovar no PS para Modernizar Portugal	Maria da Graça R. Pinto Ferreira	REJEITADA
4	Um Portugal Solidário numa nova Europa Social	Manuel dos Santos	APROVADA
5	Modernizar para a Igualdade e pela Dignidade	António Mourão	REJEITADA
6	Pela Política para a Infância	Paula Nobre de Deus	APROVADA
7	Mais e Melhor Educação	Amélia Brito	APROVADA
8	Para um Aprofundamento da Democracia no Ensino em Portugal	Teresa do Rosário Damásio	APROVADA
9	Economia Portuguesa	Maximiano Martins	APROVADA
10	Por um PS mais Forte, que nos afirme como a força de mudança e modernidade de que o País precisa	Pedro Queiroz	APROVADA
11	Financiamento das Estruturas Concelhias	Maria Madalena Alves Pereira	REJEITADA
12	Barreiro - Cidade do Cinema	Maria Madalena Alves Pereira	REJEITADA
13	Direito do Cidadão Deficiente	Benjamim Nunes Leitão Carvalho	APROVADA
14	Segurança Social Modelo/Futuro	Benjamim Nunes Leitão Carvalho	REJEITADA
15	As Leis e os Cidadãos	Benjamim Nunes Leitão Carvalho	REJEITADA
16	Redução de Juntas de Freguesia	Benjamim Nunes Leitão Carvalho	APROVADA
17	Informar - Mobilizar	Hugo Rosário	REJEITADA
18	Educar e Qualificar os Portugueses. Uma aposta do presente para a construção do futuro	Jesuína Amélia Bento Ribeiro	APROVADA
19	Modernização Sindical	Luís Filipe Pereira	REJEITADA
20	Parceiros Iguais - Cidadania Plena	Manuela Augusto Edite Estrela Jorge Lacão	APROVADA
21	O Desenvolvimento Humano	Vítor Ramalho	APROVADA
22	Participação do Cidadão na Transformação da Cidade	Moisés Gil	APROVADA
23	PS: Transportes Marítimos e Portos	António Menezes Rodrigues João do Amaral Carvalho	REJEITADA
24	A militância e as Secções de Acção Sectorial e Temáticas	Custódia Fernandes	APROVADA
25	Turismo	João Neves	APROVADA
26	Por um Turismo Sustentável	David Martins	APROVADA



Delegações estrangeiras



PARTIDO SOCIALISTA EUROPEU

Poul Nyrup Rasmussen
Presidente
Philip Cordery
Secretário-geral
Hugo de Sousa
Alexandra Pardal
Gisela Oliveira

PARTIDO SOCIALISTA - FRANÇA

Alain Chenal
Delegado nacional para o Mediterrâneo

DEMOCRATICI DI SINISTRA - ITÁLIA

Federica Mogherini
Coordenadora do Departamento Internacional do DS

PSOE - ESPANHA

Maria Xosé Porteiro
Membro do Parlamento (Comissão Relações Externas)
Ignacio Sánchez Amor
Vice-presidente do Governo Regional da Estremadura

MPLA - ANGOLA

Francisco Sozinho Chiuissa
Membro do Bureau Político
João Salvador dos Santos Neto
Chefe da Divisão no Departamento Internacional

PASOK - GRÉCIA

Petros Euthimiou
Membro do Parlamento e ex-ministro da Educação
Eleni Nikolopoulou

BSP - BULGÁRIA

Boiko Velikov
Membro do Bureau Executivo e Presidente do Comité Anticorrupção da Assembleia Nacional

RCD - TUNÍSIA

Fayala Sadok
Primeiro Secretário-Geral Adjunto, Responsável pelas

Relações Internacionais

PAIGC - GUINÉ-BISSAU

Carlos Gomes Júnior
Presidente

PAICV - CABO VERDE

Eduardo Monteiro
Membro da Comissão Política e Secretário para a Organização e Administração
Manuel Cardoso
Primeiro secretário do Sector da Emigração em Portugal

FRETILIN - TIMOR-LESTE

Mari Alkatiri
Secretário-geral
Benjamim Cardoso
Vital Saldanha

ANC - ÁFRICA DO SUL

Aziz Pahad
Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros

PT - BRASIL

Celso Cordeiro
Manuel Andrade
Ordelio Silva

PARTIDO COMUNISTA CHINÊS

Su Rong
Membro do Comité Central do PCC e primeiro sub-reitor da Escola Central do PCC
Luo Zongyi
Chefe do Gabinete Geral da Escola Central do PCC
Chen Xiaping
Subdirector dos Assuntos Europeus do Departamento Internacional do Comité Central do PCC
Hao Qingzhu
Primeiro secretário da Embaixada da China em Portugal
Srª. Ouyang Xuemei
Segunda secretária do Departamento Internacional do Comité Central do PCC

FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT

Reinhard Naumann

A sociedade tem de estar aberta à diferença

A integração socioprofissional das pessoas com deficiência é a preocupação central de António José Mourão, secretário coordenador da Secção do PS de Cedofeita, que, em entrevista ao "Acção Socialista", explica o sentido da moção sectorial que apresentou ao XV Congresso Nacional e alerta para a necessidade de se travar um combate pela igualdade, pela dignidade e contra os preconceitos.

MARY RODRIGUES



António José Mourão é invisu- al, mas essa deficiência não conseguiu afastá-lo da militância activa nem da liderança de uma importante secção socialista do Porto. Podemos dizer que as estruturas do PS têm condições para possibilitar a integração e participação de pessoas com deficiência?

Acho que o PS – partido humanista, defensor da solidariedade e da igualdade de oportunidades –, apresenta estruturas mentais que podem favorecer a integração e participação de deficientes nas suas actividades. Eu, no decorrer das minhas actividades políticas, encontrei quase sempre alguma receptividade e colaboração da parte dos meus camaradas. A integração e participação em qualquer nível da vida social dependem não só da sociedade, mas também da preparação do indivíduo para assumir as suas responsabilidades sociais. Como mostra Jean Rostand ao dizer “todo o homem é homem, mas cada um é-o à sua maneira”, a sua integração dependerá da personalidade de cada um e da preparação técnica que possuir. Por outro lado, a sociedade tem que estar aberta à diferença, pois é na pluralidade da espécie que está a sua riqueza. Quem mata um homem, mutila a humanidade. Hoje estamos melhor que ontem, mas ainda há muito a fazer. Preconceitos, expressos em anedotas e ditos populares, e o que é pior, traduzidos muitas vezes em

atitudes, são exemplos incontestados do muito que ainda há a fazer neste campo.

Quais as principais dificuldades que tem sentido no que diz respeito à sua participação na vida do nosso partido?

As dificuldades que se me têm deparado na minha participação no Partido Socialista são as mesmas com que me confronto diariamente na minha vida social. Nem outra coisa era de esperar, pois fazendo o PS parte da sociedade, é crível que contenha todos os defeitos e virtudes desta. Felizmente, as sociedades não são estáticas, mudam os seus valores, adquirem novos conhecimentos, eliminam preconceitos, alteram atitudes, numa palavra, evoluem. Se um grupo social tem a sorte de ter no seu seio indivíduos mais inteligentes e melhor informados, essa evolução é mais rápida e pode determinar comportamentos diferentes dos habituais, tidos pelas outras comunidades como novidades. Foi o que aconteceu na Secção de Cedofeita do PS. O meu camarada e amigo Fernando Jesus, militante empenhadíssimo, perspicaz, dinâmico e dotado de espírito altamente esclarecido, eliminou as minhas dificuldades de índole psicológica, ao incentivar-me a candidatar-me a secretário coordenador da Secção de Cedofeita. A vitória da minha lista foi ainda mais legitimada

devido à existência de outra lista opositora.

Na moção que apresentou ao XV Congresso – “Modernizar para a Igualdade e pela Dignidade” – afirma que, apesar de contarmos com um vasto acervo jurídico, nacional e internacional, em matéria de acautelamento das necessidades específicas das pessoas com deficiência, a exclusão destes cidadãos assume ainda, na sociedade portuguesa, proporções alarmantes. Que medidas se impõem, na sua opinião, para promover efectivamente a inclusão social dos deficientes a todos os níveis e em particular nos centros de decisão políticos e partidários?

Este Governo tomou três decisões que podem vir a ser fundamentais na futura integração socioprofissional dos deficientes: criou um quadro para professores de educação especial. Com isto haverá mais estabilidade neste ramo de ensino, o que pode contribuir para uma melhor formação dos alunos com necessidades educativas especiais. Pela primeira vez, existe no Executivo uma Subsecretaria de Estado para a Reabilitação. Além disso o Governo também fez aprovar na Assembleia da República uma lei para combater a discriminação. Contudo, nós sabemos que os órgãos de decisão são lugares de prestígio e mais bem remunerados que outras funções da

Administração Pública, o que faz com que tenham vários candidatos, com os quais as pessoas deficientes dificilmente poderão competir. Embora eu entenda que quem tem capacidade para simultaneamente explicar e sentir os problemas, estará em melhores condições para lhes encontrar as soluções mais adequadas. Acredito que à medida que a sociedade evoluir culturalmente e houver mais pessoas deficientes bem preparadas profissionalmente, talvez algumas possam participar mais activamente nas decisões que lhes dizem respeito. É preciso desenvolver um profundo trabalho de sensibilização para eliminar preconceitos serôdios.

Defenderia uma quota de representação para as pessoas com deficiência nos órgãos do PS, nos órgãos de soberania e noutros centros de poder político?

Não. As quotas de representação podem correr o risco de sacrificar a qualidade à quantidade. Para se ocupar um determinado lugar é necessário não só ter apetência para desempenhar essa função, mas também possuir aptidões técnico-científicas para o fazer com eficiência. A minha moção pretendia, tão-somente, fazer uma recomendação e nunca uma imposição. A minha intenção era que ela fosse um instrumento de sensibilização.

Com o Orçamento de Estado para 2007 já aprovado na gene-

ralidade pelo Parlamento, os apoios financeiros dirigidos a pessoas com deficiência passarão a ser geridos de forma diferente, seguindo uma lógica de atribuição de melhores subsídios aos deficientes mais pobres. Que comentário lhe merece esta medida do Governo do PS?

Actualmente só recebem subsídios os deficientes cujas deficiências são de tal forma incapacitantes, que não lhes permitem desempenhar qualquer tarefa remunerada. Os outros gozam de benefícios fiscais que se traduzem numa redução no IRS, isto é, pagam menos impostos ao Estado. Esta redução funciona como uma compensação do maior esforço que são obrigados a fazer para obterem os mesmos resultados que os outros cidadãos, como uma forma de atenuarem as despesas provocadas pela deficiência na compra de medicamentos e instrumentos, pelo facto de terem dificuldades em encontrar empregos bem remunerados. Dificilmente um deficiente consegue um trabalho suplementar para equilibrar o seu orçamento doméstico, como acontece com outros cidadãos. A sociedade tem responsabilidades relativamente às pessoas deficientes e a verificar-se este agravamento brutal do IRS para os deficientes, aumentará ainda muitíssimo mais o fosso que os separa dos demais cidadãos. Há, certamente, outras formas de abordar o problema e evitar penalizar sobretudo as pessoas com graus elevados de incapacidade.

O que espera ver concretizado em matéria de solidariedade e combate à discriminação, no panorama nacional e comunitário, em 2007, “Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos”?

Seria bom que 2007, o “Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos”, fosse aproveitado para implicar toda a sociedade na defesa da causa das pessoas com deficiência, de forma a criar as indispensáveis condições para que possam exercer os direitos que generalizadamente lhes são reconhecidos de modo a poderem pautar as suas vidas segundo os mesmos padrões de dignidade de que gozam os restantes cidadãos.

PERFIL

O camarada António José Mourão nasceu a 5 de Janeiro de 1947, em Carraceda de Ansiães.

Habilitações Literárias: Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, fez também um curso geral de piano no Conservatório Nacional de Música, um curso de Ciências Pedagógicas e um curso de Estudos Superiores em Educação Especial na Escola Superior do Porto.

Experiência Profissional: Exerceu as funções de revisor gráfico no Centro de Produção do Livro para o Cego, foi professor de música e canto coral no Porto, leccionou as disciplinas de Filosofia, Psicologia e Introdução à Política no ensino oficial, onde também tem sido docente de educação especial,

na condição de professor destacado. Tem participado também em várias acções de formação para professores do ensino especial sobre grafia Braille, grafia matemática Braille, musicografia Braille e estenografia Braille da língua portuguesa. Publicou artigos sobre tiflogia, nas revistas “Poliedro” e “Integrar”, bem como as obras “Aprendo Cantando – As Estações do Ano” e “Aprendo Cantando 2 – Defende o Ambiente”, tendo lançado ainda um livro, em co-autoria com Maria de Fátima Mourão, intitulado “Cantigas de Roda” e conquistado o Prémio Branco Rodrigues relativo ao triénio 1994 – 1996.

Actividade Política: Faz parte da Comissão Política da Federação Distrital do Porto, do Secretariado da Secção de Educação/Porto e é secretário coordenador da Secção de Cedofeita. M.R.



OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO

VENCER O DESAFIO DE MODERNIZAR PORTUGAL

O XV Congresso foi para tratar do futuro e não do passado. O nosso passado é no entanto profundamente inspirador.

Sempre fomos um partido estruturante da democracia portuguesa, porque sempre soubemos aliar a fidelidade aos valores, com a capacidade de adaptar as respostas políticas aos desafios de cada momento histórico.

A liberdade, a igualdade, a tolerância e a justiça, valores que fundamentam a esquerda moderna, estão mais actuais do que nunca.

O mundo contudo mudou. Globalizou-se. Estruturou-se sobre plataformas internacionais de trocas de mercadorias e de serviços. É nesse mundo novo, mais ou menos admirável, que temos que lutar pelos nossos princípios e ideais. Não o fazer, é atirar a toalha perante o triunfo do neoliberalismo selvagem.

Nenhum militante socialista, estou certo, quer colocar o socialismo democrático moderno num museu, ainda que com entradas pagas e muito "merchandising"! Por isso, o passado e o presente convocam-nos para um futuro difícil mas estimulante!

Temos motivos de orgulho pela forma determinada com que o PS tem assumido o seu mandato de governação, em nome de um modelo sustentável de desenvolvimento e de um país globalmente competitivo e socialmente coeso.

Desempenhámos um papel decisivo na consolidação democrática, num tempo em que foi preciso dizer que não há socialismo sem democracia.

Conseguimos respostas inovadoras no desenvolvimento da rede social em Portugal, quando foi preciso mostrar que não há socialismo sem solidariedade e sensibilidade social.

Estamos a conseguir agora com determinação recuperar e modernizar a economia do país, num tempo em que é evidente que não há socialismo sem desenvolvimento sustentável e sem crescimento económico.

O Governo do PS tem conseguido, com determinação e pragmatismo, concretizar uma prática política que respeitando os valores da esquerda moderna, actualiza permanentemente os caminhos possíveis da sua concretização no mundo actual.

Um mundo em que o papel do Estado e do seu exemplo regulador e mobilizador são cada vez mais importantes.

O século XXI não trouxe, como muitos previam, o fim das ideologias, mas reservou-lhe um novo papel. O papel da mobilização individual e da sociedade civil para a concretização do interesse comum.

É esse papel mobilizador que o nosso Governo tem vindo a desempenhar de forma determinada e bem sucedida, concretizando políticas que apelam à responsabilidade individual, em nome de linhas programáticas economicamente robustas, ambientalmente sustentáveis e socialmente justas.

No novo tempo em que vivemos, o crescimento deixou de ser um indicador tecnocrático ou economicista, para se tornar a base necessária para uma redistribuição equitativa e para a modernização da sociedade.

A capacidade de arriscar e investir deixou de ser um reflexo individualista, para assumir um papel determinante na dinâmica de mudança social, na mobilidade e na criação de oportunidades de trabalho.

A sustentabilidade da segurança social deixou de ser um problema de solvabilidade financeira para se transformar numa pedra angular da garantia do direito à dignidade e à cidadania.

Por isso, quando travamos um combate ideológico em torno da aplicação da Agenda de Lisboa, definindo e aplicando caminhos sustentáveis e justos para o crescimento e o emprego, estamos a justificar a nossa história e a assumir uma centralidade que é condição da nossa existência e afirmação.

Estamos a viver um tempo de oportunidade e desafio. Depois das descobertas, nunca Portugal esteve tão próximo da primeira linha duma revolução tecnológica ou política.

Os custos económicos e sociais do nosso atraso permanente foram enormes e o país foi sobrevivendo século após século consolidando debilidades estruturais na maioria dos factores determinantes para o seu desenvolvimento.

As razões endémicas que conduziram a esta

realidade são conhecidas. Sempre que os sinos da mudança tocavam a rebate, logo a ala dos "Velhos do Restelo" se apressava a clamar que o país não estava preparado.

A verdade é que esses tempos de preparação significaram sempre atrasos significativos nas etapas de modernização do país e Portugal chegou tarde a todas as revoluções políticas e económicas, em particular à revolução industrial e à maturidade democrática.

O papel desempenhado por Portugal sob a liderança de governos do PS, na definição da Estratégia de Lisboa em 2000 e do seu relançamento em 2005, significam uma inversão drástica e ousada de atitude e de posicionamento.

Portugal está hoje alinhado com a modernidade política e tecnológica à escala global. O desenvolvimento da sociedade da informação está a acontecer em Portugal em linha com o que está a acontecer nos países mais desenvolvidos e em muitas áreas de acção o nosso país é mesmo pioneiro e referência internacional.

É evidente que esta mudança de atitude não anulou por magia as debilidades de partida. Continuamos a ter deficiências fortes na qualificação dos nossos recursos humanos, assimetrias claras de desenvolvimento e constrangimentos burocráticos e de organização para a competitividade global do país.

A diferença é que desta vez essas dificuldades não estão a ser usadas como desculpa para a estagnação, mas antes como impulso e motivação para a mudança.

Não nos resignámos a esperar por um futuro melhor caído do céu e fruto do acaso, mas antes, assumimos o desafio de caminhar na linha da frente, sem descurar os direitos de pessoas, empresas ou instituições que por falta de conhecimento, competência ou vontade, não podem acompanhar imediatamente o desafio.

Por isso, a agenda de prioridades assumida por toda a sociedade portuguesa, em torno do Plano Tecnológico e do processo de modernização do país, consubstancia uma aliança contra a info-exclusão e a favor da literacia informacional e tecnológica.

A seguir à revolução, Portugal necessitou para construir um futuro solidário e equitativo de consolidar a democracia. Com Mário Soares o PS teve um papel determinante nessa consolidação.

Após a adesão à União Europeia em que também tivemos um papel fundamental, o aprofundamento da dimensão social tornou-se uma prioridade e o PS com António Guterres esteve na primeira linha da resposta necessária.

Hoje o desafio é claro. A equidade e a solidariedade só continuarão a ser reforçadas se o país conseguir inovar, modernizar-se, ser mais competitivo. É esse desafio que estamos a vencer com José Sócrates.

Um desafio que transcende a própria dimensão nacional. Estou certo que não deixaremos de marcar com os nossos valores, propostas e ideias, a presidência europeia que assumiremos no segundo semestre de 2007, tal como marcámos indelevelmente a Presidência de 2000.

Agora, fá-lo-emos no entanto com uma diferença. A maioria absoluta que os portugueses nos outorgaram permite-nos fazer em Portugal aquilo que propomos para a Europa, e não resignarmos à inovação no discurso, bloqueada na prática pelas oposições à nossa esquerda e à nossa direita como aconteceu entre 2000 e 2002.

O desafio é extraordinário. Jerome Rifkin no seu livro "O sonho europeu" ilustra bem a dimensão da oportunidade para uma Europa e para um país que assumidamente "enfatizam as relações no seio da comunidade em vez da autonomia individual, a diversidade cultural em vez da assimilação, a qualidade de vida em vez da acumulação de riqueza, o desenvolvimento sustentável em vez do crescimento ilimitado da riqueza material, os direitos humanos em vez dos direitos naturais e a cooperação global em vez do exercício unilateral do poder".

Estar à altura desta oportunidade é desafio que nos une e mobiliza. É um desafio de geração que com orgulho venceremos. Não é por acaso que o PS é em Portugal o partido da democracia, do desenvolvimento e da modernidade. Um Partido com passado, que afirma um presente pujante e estrutura um futuro de esperança.

OPINIÃO



ANTÓNIO GAMEIRO

POR UMA VERDADEIRA LEI DA MOBILIDADE!

COMO afirmou o filósofo, "Quem não sabe para onde vai, nunca terá vento favorável!"

Felizmente o Governo do PS caminha de forma segura no sentido de concretizar uma verdadeira reforma das nossas Administrações Públicas. Este movimento de reforma, de mudança, aliás, hoje, reconhecido pela maioria esmagadora dos portugueses, exigia uma lei que permitisse concretizar eficazmente a reforma organizacional definida no PRACE. Esta lei, hoje denominada como "Lei da Mobilidade", vem consagrar os instrumentos de gestão de recursos humanos que nunca existiram em Portugal para o sector público.

Na verdade, é preciso dizer que apesar desta nova "Lei da Mobilidade", é garantida a manutenção do emprego a todos os funcionários públicos; todavia fica o Governo com a possibilidade de fazer executar o que é da mais elementar justiça: os preguiçosos, incompetentes e os ausentes e uns e outros, têm agora a porta da rua entreaberta, num movimento acompanhado de novas regras de avaliação dos serviços e do desempenho de cada funcionário!

Contudo, somos de opinião, que para que este movimento de reforma fique completo e para que esta Lei tenha e faça inteiramente sentido, faltará ainda rever o regime de alguns instrumentos de gestão pública, como sejam: a Lei de Bases da Contabilidade Pública, o Regime da Administração Financeira do Estado, os diplomas relativos ao planeamento de actividades e demonstração de contas e por fim ajustar a Lei de Enquadramento Orçamental, num movimento integrado e sistémico.

Reduzir a despesa pública primária do Estado sem cortes cegos, só com esforço e sabedoria, mas sustentar esses níveis de despesa no ciclo económico exige medidas estruturais de alteração de como a execução orçamental é perspectivada pelos gestores e dirigentes públicos, assentes nos resultados e não no nível de execução e de orçamentação anual, como infelizmente acontece hoje.

Uma sociedade moderna e aberta, induzida por valores de uma governação de esquerda moderna, deve exigir uma cultura de organização flexível, potenciadora de agilidade e aliada a padrões de responsabilização pelos resultados, que os próprios cidadãos exigem.

Nesta perspectiva, esta "Lei da Mobilidade" do nosso Governo representa um grande progresso, porque cria as condições necessárias para essa "Nova Gestão" poder florir, pois tem implícita uma exigência de mudança comportamental aos funcionários públicos, mas não pode deixar de ser acompanhada de outras, que consolidando as contas públicas, contribuam para a construção de um Estado mais orientado para resolver melhor e mais rápido os problemas do cidadão, necessidade colectiva única e razão basilar de existência do Estado!

Esta lei, hoje denominada como "Lei da Mobilidade", vem consagrar os instrumentos de gestão de recursos humanos que nunca existiram em Portugal para o sector público

A equidade e a solidariedade só continuarão a ser reforçadas se o país conseguir inovar, modernizar-se, ser mais competitivo. É esse desafio que estamos a vencer com José Sócrates



OPINIÃO



DAVID MARTINS
Membro da Subcomissão
Parlamentar de Turismo

Torna-se, portanto, necessário caminhar no sentido de reduzir a manta de retalhos e construir uma imagem global [da promoção turística]

NOVO MODELO DE PROMOÇÃO TURÍSTICA

NUM mercado global cada vez mais competitivo, a promoção externa do nosso país tem uma importância fulcral para captar a atenção e gerar o interesse de potenciais turistas e visitantes. Instalados no conforto da nossa casa, na rua, no trabalho, na Internet, ou em qualquer outro local, somos permanentemente aliciados a comprar um produto, um serviço ou um destino turístico.

Segundo a Organização Mundial de Turismo (2004), Portugal encontra-se classificado em 19.º lugar do ranking dos países mais visitados do mundo, recebendo 11,6 milhões de turistas por ano, e em 21.º lugar em termos das receitas, sendo os principais mercados emissores o Reino Unido, Alemanha, Espanha, Holanda e a França.

Pese embora estes números, importa referir que só recebemos 2,82 por cento dos turistas ingleses que fazem férias no exterior, 1,02 por cento dos alemães, 31,9 por cento dos espanhóis, 1,53 por cento dos holandeses, 2,38 por cento dos franceses, etc. (OMT). Estes dados demonstram a importância de se efectuar uma promoção turística mais agressiva e objectiva, mais intensiva e extensiva, mais eficaz e eficiente, para que produza o efeito desejado, ou seja, elevar Portugal no ranking da procura enquanto destino turístico.

Um importante facto de captação que temos necessariamente que considerar, é a consistência da imagem e marca de Portugal. Quantas campanhas foram lançadas nos últimos dez anos? Que referências criámos no imaginário colectivo do público-alvo? Que imagem, do nosso país, temos presente na memória? Num pequeno esforço mental, seria possível recordar algumas, que vão do Galo de Barcelos até à mais recente "Portugal Go Deeper". É fundamental que a imagem do país seja forte, que crie referências, que seduza os potenciais turistas a descobrir o nosso país. Competimos com uma vasta e qualificada oferta. As campanhas de marketing turístico são cada vez mais criativas. A oferta de destinos turísticos, cada vez mais qualificados, é imensa e a base da nossa distinção passa por uma oferta consistente, sustentada, de elevada qualidade e grau de desempenho, consubstanciada pela diversidade dos produtos, por um serviço de excelência, por preços competitivos, e acima de tudo... bem comunicada. O poder está na mensagem!

Fazendo um pouco de história sobre o desenvolvimento do actual modelo de promoção turística, importa mencionar o aparecimento dos Programas de Promoção Conjunta (PPC) em 1993, sendo o produto golfe e a marca Algarve, pioneiros. Seguem-se Vilamoura e Estoril em 1998, sendo estes modelos para os seguintes. Os PPC's são a concretização das tão ansiadas parcerias público-privadas para efeitos de promoção, sendo que até esse momento, não existia qualquer ligação estratégica entre as várias entidades que promoviam Portugal no exterior. Os objectivos fundamentais desse modelo misto, devidamente quantificado e qualificado, tinham a ver com as taxas de ocupação e receita dos destinos e dos diversos parceiros. Para gerir, coordenar e articular campanhas, cria-se a figura de uma comissão de gestão, tendo assento o ICEP (responsável público pela promoção externa), a Região de Turismo correspondente, e os empresários locais que aderiam ao programa. Importa referir que o orçamento de promoção era participado com 50 por cento do capital do sector público e 50 por cento do sector privado. Os sub-planos faziam parte de um Plano Global, com o óbvio encaixe da promoção da marca local, subentendida na região e no País.

Em 2002, com o desenvolvimento deste quadro de cooperação público-privada, surgiram as Agências Regionais de Turismo (ART), tendo sido criadas sete no âmbito geográfico das Nuts II (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Madeira e Açores). Paralelamente, as microestruturas de promoção (PPC's)

modificaram a sua estrutura organizacional e começaram a denominar-se Planos de Acção Específica (PAE). Tinham como entidade pública associada a ART. O modo de gestão foi em tudo semelhante ao modelo dos PPC's, variando apenas na questão dos pressupostos, agora sustentados por uma imagem única, segundo as linhas orientadoras da campanha de Portugal, consignadas na contratualização.

Após o período de contratualização 2004/2006, temos agora um novo modelo aprovado para os próximos três anos (2007/09). Este modelo assenta numa estratégia essencial, que vem de encontro às conclusões do último relatório da Eurostat: "Panorama on Tourism" (Out.2006) e dos vários operadores no mercado. Ao descentralizar-se a promoção nacional por várias regiões, e criando-se marcas e sub-marcas regionais, sem que haja uma marca nacional forte, o efeito na promoção externa é prejudicado do ponto de vista da coesão e entendimento por parte dos clientes que pretendemos atingir. Torna-se, portanto, necessário caminhar no sentido de reduzir a manta de retalhos e construir uma imagem global.

Por essa e outras razões, decidiu o actual Governo proceder a algumas alterações, dando maior importância à marca "Destino Portugal", atribuindo mais 8 por cento do orçamento para promoção da mesma (passando de 40 por cento para 48 por cento), e proceder à uniformização dos materiais de comunicação regionais com a imagem de Portugal em destaque. Outros objectivos passam pela promoção das marcas em eventos internacionais sobre o "chapéu" de Portugal.

A segunda grande alteração visa o fim de actividade dos PAE's, que promoviam submarcas nacionais, e dar maior relevo à promoção por produtos turísticos (Sol & Mar, Golfe, MICE, Turismo Cultural, etc.), conforme estipulado no Plano Estratégico Nacional de Turismo.

Apesar de ser considerado por alguns responsáveis do Turismo como um dos elementos que falhou, com o que discordo em absoluto, importa destacar a relevância que estes organismos tiveram na consolidação de parcerias entre o sector público e privado, e o facto de terem contribuído para uma maior visibilidade da região em que se inserem, e também do país. Os efeitos mensuráveis foram concretizados (taxas de ocupação e receitas) e permitiram criar sinergias entre os vários stakeholders do turismo. E se até agora se conseguiu concertar esforços e promover sinergias, porque as empresas se reviam neste modelo devido à sua intervenção directa, resta agora saber se o novo modelo mais globalizante e globalizador irá ter a mesma taxa de sucesso.

Irão os privados participar, como até à data, neste novo modelo de contratualização da promoção turística? Acredito sinceramente que ao reflectirem sobre os benefícios indirectos que poderão continuar a advir desta parceria, estarão incentivados para colaborar. Porém, caso não desejem, e conforme afirmado pelo responsável do Turismo de Portugal no colóquio realizado na Assembleia da República sobre as ART's no passado mês de Outubro, "a não participação dos privados não implicará o fim da promoção externa, mas poderá fazer com que os mesmos fiquem afastados no processo de decisão para a promoção turística nacional". É um cenário negativo, que cabe aos presidentes das ART's evitar, através de um trabalho de proximidade junto dos privados, explicativo das vantagens do novo modelo, e a capacidade de potenciar as campanhas através do investimento directo e da própria pró-actividade.

Em jeito de conclusão, há um facto incontestável: a colaboração entre o sector público e privado é essencial para que os ganhos de Portugal sejam mais efectivos. A fórmula é muito simples, mais investimento gera mais promoção, mais promoção gera mais procura, mais procura gera mais receita.

Vereadores do PS afirmam que revisão do PDM está totalmente parada

UISEU

A REVISÃO do Plano Director Municipal (PDM) está "totalmente" paralisada, denunciaram os vereadores do PS na Câmara de Viseu, que acusaram a maioria do PSD de tentar passar a ideia que o documento já estaria concluído.

"Ao contrário do que foi anunciado nas duas últimas campanhas autárquicas e, decorrido mais um ano, a revisão do PDM não existe", afirmou Miguel Ginestal, numa conferência de Imprensa onde os três vereadores socialistas da autarquia de Viseu fizeram o balanço do seu primeiro ano no Executivo.

Miguel Ginestal disse que, nas vésperas das eleições autárquicas de Outubro de 2005, "deu-se até a entender que a revisão já era uma realidade" e que muitos viseenses acreditaram.

O vereador socialista garantiu que, no entanto, "há ainda um longo caminho a percorrer", lamentando que a oposição não conheça "o modelo estratégico de desenvolvimento da maioria do PSD, para os próximos anos".

Os vereadores atribuem a responsabilidade ao Executivo camarário, liderado por Fernando Ruas, que acusam de não ter tido "vontade política para proceder, em tempo útil, à revisão do PDM".

Os vereadores Miguel Ginestal, José Manuel Oliveira e Conceição Matos alertam que, devido a este atraso, o município poderá vir a ser prejudicado no âmbito do

Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), porque é o PDM que define o modelo de desenvolvimento económico-social.

"Não é possível ajustar um fato velho, todo roto" como é o PDM actual à realidade do QREN, frisou Miguel Ginestal.

Os vereadores socialistas criticaram também os "atrasos em obras emblemáticas", nomeadamente algumas do projecto Polis e a abertura das piscinas municipais.

Défice democrático

Por outro lado, os autarcas socialistas acusaram o presidente, Fernando Ruas, de ter "falta de espírito democrático", por lhes dificultar o trabalho, colocando-os em situação desfavorável em relação à maioria PSD.

Miguel Ginestal, que é também deputado na Assembleia da República, referiu-se ao facto de o dia da reunião de Câmara ter sido mudado para quinta-feira, quando durante 16 anos se realizou à segunda, e de o gabinete de trabalho lhes ter sido cedido às terças e sextas-feiras, dias não convenientes.

"O presidente da Câmara de Viseu insiste em ceder-nos um gabinete de trabalho exactamente nos dias em que não posso estar presente", acusou Ginestal.

Os vereadores socialistas lamentaram ainda que Fernando Ruas se recuse a inscrever assuntos no período antes da Ordem do Dia e a aprovar um regime de funcionamento do Executivo municipal.

Câmara da Azambuja recupera espaços públicos

O município da Azambuja vai levar a cabo um projecto de recuperação de espaços públicos no centro da vila, orçado em 2,5 milhões de euros, inserido no âmbito do programa Polis.

A quinta fase do Polis (Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades) de Azambuja é a maior e, segundo a autarquia, abrange a colocação de novas infra-estruturas, como redes de esgotos e águas pluviais, passeios e pavimentos na zona histórica.

As obras abrangem a Rua dos Campinos, o núcleo central a poente da igreja matriz, o Rossio, a Quinta dos Gatos e a Urbanização Valverde.

O presidente da Câmara, o socialista Joaquim Ramos, referiu que as intervenções já permitiram "substituir infra-estruturas que estavam obsoletas, fazer arranjos à superfície, como a construção

de novos espaços verdes, arranjos de vias públicas e colocação de mobiliário urbano".

O Polis de Azambuja envolve verbas de oito milhões de euros, financiados a 55 por cento pela União Europeia, 38,25 por cento com recurso a empréstimo bancário e 11,75 por cento com verbas do município.

"A Azambuja tem uma cara nova e espero, no final do ano que vem, ter todas as empreitadas concluídas", adiantou Joaquim Ramos, referindo que as intervenções, realizadas por fases, tiveram início há dois anos.

O programa permitiu ainda "recuperar a zona nascente e todo o casco velho da vila, construir um jardim urbano de um hectare, novos passeios e a construção de rotundas", disse o autarca. A última fase corresponde à requalificação paisagística do Campo da Feira.

Cuidados primários e saúde pública são prioritários

OS CUIDADOS de saúde primários e a saúde pública devem merecer “a mais alta prioridade”, disse o ministro da Saúde, Correia de Campos, em Coimbra, na sessão de encerramento do Fórum Nacional de Saúde.

Na sua intervenção, Correia de Campos defendeu também a necessidade de “introduzir, nas instituições do Ministério da Saúde, uma cultura de melhor gestão e de responsabilidade acrescida na utilização dos dinheiros públicos, na opção criteriosa entre investimentos”.

“Interiorizando, de uma vez por todas, que os recursos são escassos e que, em saúde, o abundante desperdício, em que fomos vivendo, além de socialmente ineficiente e deseducativo, representa uma situação moralmente inaceitável”, frisou.

Quanto aos indicadores de saúde mais recentes, publicados em Agosto pelo Alto Comissariado da Saúde, Correia de Campos referiu que, “apesar das boas notícias, no domínio da oncologia, se está ainda muito longe da meta traçada para 2010, ou de garantir uma eficaz prevenção e rapidez no acesso ao tratamento das doenças oncológicas”.

“Há muito a fazer ainda na mortalidade por doença isquémica cardíaca, ou no tratamento precoce, em prevenção secundária, tanto da doença isquémica como de acidente vascular cerebral”, adiantou o ministro da Saúde.

No domínio da saúde mental, “outra das áreas prioritárias” do Plano Nacional de Saúde, o governante sustentou que “a profunda modernização que o sector exige implica vasta reorganização dos serviços”.

“Gasta-se muito e muito mal. Não se quer gastar menos, mas é possível cortar no desperdício, na irracionalidade, para gastar melhor, transformando o doente, de alienado, em figura central do



OPINIÃO



LÚCIO FERREIRA
Deputado

Produzir melhor, com menores custos e mais qualidade e criar competitividade no sector, pressupõe uma melhor valorização do esforço da pesca e do produto da mesma – o peixe

A DOCAPESCA E O FUTURO

O PLANO Estratégico Nacional para a Pesca, documento em discussão pública inserido no contexto da preparação das grandes linhas de governação para o período 2007-2013, deve ser analisado tendo presente que o alargamento das Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) e a sujeição a uma exigente Política Comum de Pescas, que privilegia o enfoque na conservação do ecossistema marinho, faz depender a aplicação do novo Fundo Europeu das Pescas de novos paradigmas, que o Orçamento de Estado para 2007 aponta, como necessidade de modernização da política nacional das pescas, vista como de reforço da competitividade do sector, e da valorização dos produtos da pesca, por via do estímulo às estratégias de inovação e qualidade.

Se o futuro das pescas deverá passar por uma dinâmica de “investimentos dirigidos à inovação tecnológica, à melhoria da qualidade dos produtos, à diversificação de técnicas e métodos de produção, à introdução no mercado de novos produtos e apresentações”, como enuncia o Plano Estratégico, não poderá esse desiderato ser descontextualizado da realidade actual do sector, que passa, objectivamente, por dificuldades graves na sua reestruturação, acrescidas pelo agravamento dos custos, decorrentes sobretudo do aumento do preço do petróleo nos últimos dois anos.

Cabe ao Estado um papel fundamental no apoio a esse esforço de reestruturação do sector, criando as condições favoráveis para que os agentes económicos possam desenvolver a sua actividade.

Ao destacar como área nuclear de intervenção o domínio da aquicultura, por onde passará, necessariamente no futuro, uma vertente significativa da produção (vencidas as barreiras de impacto ambiental), não poderá deixar de existir uma especial atenção e apoio ao sector tradicional das pescas, sempre enquadrado numa adequação aos recursos disponíveis e tendo presente o enfoque colocado por Bruxelas na conservação do ecossistema marinho, a que o recente estudo publicado pela revista “Science” veio trazer uma acrescida preocupação.

Produzir melhor, com menores custos e mais qualidade e criar competitividade no sector, pressupõe uma melhor valorização do esforço da pesca e do produto da mesma – o peixe.

Convém ter presente que cada português consome em média 60 kg/ano, o que coloca Portugal no primeiro lugar da UE e no terceiro a nível mundial, só ultrapassado pelo Japão e Islândia.

Das 600 mil toneladas de peixe de consumo ano, Portugal só produz 1/3, o que não é abonatório para um povo de forte e natural relação com o mar, e que torna a nossa balança comercial de produtos de pesca deficitária em cerca de 650 milhões de euros por ano.

Esta realidade impõe uma atenção cuidada para um sector económico com uma frota de cerca de 10 mil embarcações, artesanais, polivalentes e industriais, 85 por cento das quais com comprimento inferior a 12 metros e de que depende o sustento directo de cerca de 20 mil pessoas.

A sustentabilidade da pesca de captura passa necessariamente por uma melhor valorização do peixe fresco, que o actual sistema de venda não resolve, o que nos remete para a anunciada intenção governamental de reorganização da empresa estatal Docapesca – Porto e Lotas, SA.

O sistema monopolista da Docapesca na primeira venda do peixe fresco, em leilão, com as limitações que o mesmo acarreta, não proporciona aos armadores e pescadores os rendimentos adequados ao seu esforço e ao valor comercial do seu produto. O valor acrescentado que é obtido a jusante, na segunda venda, é dividido pelos comerciantes credenciados pela Docapesca para acederem ao leilão da primeira venda, e a diferença, enorme, entre esse preço e aquele que o consumidor paga, beneficia esses comerciantes e escapa àqueles que, enfrentando tempestades e noites sem dormir, fazem a captura – os pescadores e armadores.

Só para dar um exemplo, em todas as lotas nacionais de Janeiro a Setembro venderam-se 83.962.591 quilos de peixe fresco e realizou-se 130.013.741 euros, ou seja, o preço médio de peixe vendido em lota foi de 1,55 €/kg. Todos sabemos que o preço a que o peixe é vendido nos mercados e chega à nossa mesa atinge cinco e dez vezes mais. Não se pode aqui falar no funcionamento de regras do mercado, quando as mesmas estão viciadas à partida em prejuízo de quem produz.

É forçoso encontrar uma outra estrutura uma outra forma que permita rentabilizar o peixe, que passará pelo associativismo e capacidade organizativa do sector, assumindo a responsabilidade de gestão das lotas, aumentando a capacidade de frio e estabelecendo formas de gerir a oferta e a procura, como verdadeiras regras de concorrência.

Assegurar competitividade e sustentabilidade do sector pesqueiro, na óptica apontada pelo Plano Estratégico de produzir melhor, com menores custos e mais qualidade embora com menores capturas, passa também, e em primeira linha, por melhorar o modo da sua comercialização, aspecto a que o Governo estará necessariamente atento e para que apontam os apoios elencados no Plano Estratégico Nacional para a Pesca.

sistema”, disse.

Segundo sublinhou o ministro da Saúde, “em muitos destes domínios, a prevenção é a palavra-chave”.

“Estamos, todos demasiado centrados em serviços que tratam a enfermidade e dirigimos ainda pouco investimento para as acções que a previnem. Excessivamente voltados para a oferta de cuidados, para os edifícios, os equipamentos, os direitos e regalias dos prestadores, em desfavor de uma mais forte consideração das necessidades das pessoas, na base da procura dos serviços”, disse ainda.

Unidades de Saúde Familiar

Entretanto, no Porto, o ministro da Saúde anunciou que até Dezembro estarão já a funcionar 41 Unidades de Saúde Familiar (USF), uma nova estrutura no âmbito dos centros de saúde.

“Comprometo-me a ter 41 USF abertas até ao fim do ano, 20 das quais estão já a funcio-

nar”, disse Correia de Campos, na cerimónia de inauguração das novas instalações do Centro de Saúde de Aldoar, orçadas em cerca de dois milhões de euros, onde foram também assinadas as Cartas de Compromisso de dez USF já em exercício da região Norte.

Segundo o ministro, “estas 20 USF que estão abertas, a nível nacional, representam mais 25 mil pessoas que não tinham médico de família e passaram a ter”.

Correia de Campos considerou tratar-se de “um processo notável” que está a ser desenvolvido pelos médicos de família, pelos enfermeiros e pelo pessoal administrativo.

“É uma iniciativa única e ‘sui generis’ de co-responsabilização, o que a torna muito positiva”, sublinhou o ministro, garantindo que, “apesar de todas as restrições, esta reforma terá os recursos necessários para a sua concretização”.

As Unidades de Saúde Familiar são, segundo o Ministério da Saúde, uma forma de organizar a prestação de cuidados de saúde, que integra médicos, enfermeiros e administrativos e que visa garantir um atendimento mais próximo a uma população identificada nas listas de utentes de cada clínico.

As 20 USF actualmente em funcionamento assistem uma população de 221 mil inscritos, permitindo que 25 mil cidadãos passassem a dispor de médico de família.

César considera Lei das Finanças Regionais importante para as autonomias

A REVISÃO da Lei das Finanças Regionais é um “momento muito importante” para as autonomias, porque permite aos arquipélagos livrarem-se do arbítrio da República nas transferências financeiras, afirmou o líder do PS/Açores e presidente do Governo Regional, Carlos César.

“Estamos à beira de concretizar uma revisão da Lei de Finanças Regionais que permitirá às regiões autónomas livrarem-se do arbítrio do Governo da República que lhe era permitido pela Lei de Estabilidade

Orçamental”, salientou Carlos César, num jantar em Ponta Delgada promovido pela JS/Açores para assinalar os dez anos de governação socialista no arquipélago.

Segundo o presidente do Governo açoriano, a nova lei para regular o relacionamento financeiro entre o Estado e as regiões autónomas vai possibilitar, assim, estabilidade à autonomia financeira das regiões e previsibilidade nas transferências de Lisboa.

“Sem a revisão desta lei, o Governo da República poderia continuar

a fazer o que queria, transferindo mais ou menos a seu bel-prazer”, disse Carlos César, para quem um dos princípios essenciais da autonomia consiste na previsão de recursos financeiros que as ilhas podem dispor.

Carlos César criticou, ainda, a posição do PSD e do Governo Regional da Madeira neste processo. “Com um presidente do Governo Regional como Alberto João Jardim, as autonomias regionais não precisam de inimigos”, afirmou Carlos César.

OPINIÃO

COSTA AMORIM
Deputado

Um PS, que se quer sempre afirmativo, deve ser solidário com todo este esforço de encontrar de novos caminhos e soluções, capazes de permitir, não só superar as dificuldades actuais do sector [corticeiro]

EM DEFESA DA FILEIRA DA CORTIÇA

FOI recentemente criado, por iniciativa dos deputados do Partido Socialista, no âmbito da Assembleia da República, um grupo de trabalho, tendo em vista defender o montado e valorizar a fileira da cortiça.

Desde logo, e por simples percepção se compreenderão os seus objectivos gerais, em três vertentes distintas: o montado, o ambiente e a floresta; a fileira industrial e comercial; e ainda a sua componente internacional, porém sempre pensados numa perspectiva de intervenção global e unitária, atenta a sua importância estratégica por demais conhecida, sobretudo na vertente exportadora.

Por vezes desvalorizamos esta realidade, por tão próxima, e ainda apregoamos dúvidas inconsequentes sequer com a verdade dos números estatísticos, de resto por demais óbvios: o sector suberícola é apenas aquele em que Portugal é líder incontestado do mercado mundial, seja como produtor, transformador e exportador de cortiça e representou, relativamente ao ano de 2005, 838 milhões de euros de exportações; 13 mil milhões de rolhas produzidas; 60 por cento da quota mundial da produção de cortiça; 12 mil empregos directos; e 720 mil hectares de floresta nacional, evidências pois que não devemos mais ignorar.

Não é pois assim aceitável ou justificável outra atitude, por parte da Assembleia da República – cada vez mais submetida a maior exigência da representatividade por parte dos cidadãos –, que não seja associar-se a um manifesto esforço de muitos, na manutenção deste “habitat” único, valorizado ainda pelo facto de produzir também riqueza palpável, que aproveita ao todo nacional, e garantiu a sustentabilidade de uma actividade económica ao longo de séculos, e que tem sido fonte de riqueza para as respectivas populações, mas da qual todos também de uma forma ou outra usufruímos, e desta sorte a todos nos impõe especial obrigação de pugnar pela recuperação do prestígio de outrora da fileira da cortiça e assumi-la consciente e coerentemente.

Nem se diga, até pelos números supra-referidos, tratar-se de algo do passado e dispiciendo, sem mais interesse ou justificação em preservar, até por estar em moda a chamada “nova economia” em contrapelo com esta vetusta actividade aparentemente já esgotada ou ultrapassada. Sistemáticamente são apresentadas e valoradas novas aplicações, levando a partes longínquas do nosso mundo o nome de Portugal, e das quais sobressai, pelo impacto, a sua aplicação como revestimento nas naves espaciais, que saem do planeta em busca de outros e futuros mundos, ou a sua peculiar especificidade no combate à poluição automóvel, publicitadas num estudo recente: as rolhas anualmente produzidas retiram da atmosfera o dióxido de carbono de 49 mil automóveis.

Ainda recentemente se constatou também uma rara associação, em defesa das rolhas de cortiça, por partes de organizações internacionais ecologistas, a Word Wild Fund a Rainforest Alliance e o Forest Stewardship, que desta incontestada forma quiseram alertar para as consequências profundamente preocupantes, do ponto de vista económico, social e ambiental, da redução da produção de cortiça e da área florestal a ela dedicada.

Um PS, que se quer sempre afirmativo, deve ser solidário com todo este esforço de encontrar de novos caminhos e soluções, capazes de permitir, não só superar as dificuldades actuais do sector, que se vê a braços com quebras de produção suberícola e incompreensíveis ameaças no montado de sobro, com reflexos imediatos nas suas populações autóctones, bem como protagonizar iniciativas e ou outras acções capazes de recolocar a fileira da cortiça no seu justo plano cimeiro do todo nacional, e contribuindo também para uma maior consciencialização da nobreza desta floresta, como algo que urge preservar, e na qual todos temos de participar.

Será pois consequente contributo daquele grupo de trabalho o apresentar de um projecto-lei, já em estudo, que recomende a criação de uma entidade capaz de assegurar a integração de todas as medidas de política pública dirigidas ao sector, e que estabeleça com os meios científicos e agentes económicos as prioridades de I&D, bem como a estratégia de cooperação com outros países produtores e a promoção dos produtos e a sua diversificação; acentue uma necessária ligação e aproveitamento entre a Investigação e o desenvolvimento em todo o sector suberícola; encontrarem-se novas formas de comunicação e marketing capazes potenciar a promoção internacional dos produtos da fileira; afirmar-se mais e melhor aposta na promoção do vedante natural e amigo do ambiente, capaz de associar a qualidade do vinho à sua utilização, e desta sorte promoverem-se a utilização das rolhas de cortiça no engarrafamento de vinhos de denominação de origem controlada;

Sendo de justiça sublinhar que também por parte do Governo esta é também uma justa preocupação, e que ainda recentemente se iniciou no âmbito do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas um programa de apoio ao montado de sobro e que outras iniciativas se seguirão.

Tratar com humanismo as migrações

SÓCRATES EM MONTEVIDEU

EM IMPECÁVEL linguagem diplomática, questionado por um jornalista sobre a construção do muro na fronteira dos Estados Unidos com o México, o primeiro-ministro afirmou em Montevideu, durante a XVI Cimeira Ibero-America, que os Estados Unidos da América são “um exemplo” na defesa dos Direitos Humanos e da “visão de humanismo”, defendendo que estes valores estão no “coração do povo norte-americano e na Constituição do país”.

Estas palavras de José Sócrates foram proferidas durante uma conferência de imprensa realizada no final deste encontro, que, para além do primeiro-ministro português e do Chefe de Estado, Cavaco Silva, contou com a presença de Chefes de Estado e de Governo de 21 países ibero-americanos.

Realizada na capital do Uruguai, na primeira semana de Novembro de 2006, esta XVI Cimeira Ibero-Americana aprovou, por unanimidade, uma declaração sobre migrações, na qual é solicitado aos Estados Unidos da América que reconsiderem a decisão de construir um muro na sua fronteira com o México.

Para José Sócrates, há duas maneiras opostas de enfrentar a problemática que envolve as migrações: a perspectiva securitária e unilateral, fórmulas, disse, que devem ser rejeitadas e o outro caminho que aponta para uma “conciliação segura, nomeadamente no combate às redes de tráfico de seres



humanos, com a integração e apoio ao desenvolvimento”.

Ao defender esta perspectiva, o primeiro-ministro português quis sublinhar também que Portugal não coloca os Estados Unidos no grupo de países que aplicam uma resposta exclusivamente securitária no que respeita à imigração, adiantando mesmo que em matéria de visão humanista e respeito pelos Direitos Humanos, “não encontro melhor exemplo do que os Estados Unidos”, acrescentando mesmo que o respeito pelos Direitos Humanos e o humanismo “são valores que estão no coração e na Constituição deste país”.

Em 2009 será em Portugal

Seguindo a regra da rotatividade, a próxima Cimeira Ibero-America terá lugar em Portugal, que assim assumirá pela segunda vez a responsabilidade de organizar este encontro depois de em 1998 ter sido o anfitrião de uma

Cimeira da Comunidade Ibero-americana.

O convite partiu do Presidente da República, que anunciou a disponibilidade de Portugal para acolher a Cimeira de 2009, proposta que foi consensualmente aplaudida pelos Chefes de Estado e de Governo presente na reunião.

Recorde-se que os líderes dos 21 países ibero-americanos têm vindo a reunir-se anualmente e rotativamente nos diversos países, desde 1991.

Ao longo dos trabalhos destas cimeiras, que inicialmente tinham um carácter predominantemente político, começaram a sobressair entretanto os temas relacionados com a cooperação para o desenvolvimento, facto que levou a que, nos trabalhos da V Cimeira, realizada em S. Carlos de Bariloche, na Argentina, a estrutura destes encontros fosse alterada, adquirindo os assuntos da cooperação um tratamento autónomo, ainda que paralelo e em coordenação com as questões políticas.

José Lello defende mais ambição para a Internacional Socialista

REPENSAR o papel da Internacional Socialista (IS) no mundo de forma a conferir-lhe mais eficácia na sua acção e ambição nos seus objectivos, foi o tema principal da intervenção que o secretário Internacional do PS, José Lello, no Conselho da IS, que decorreu nos dias 7 e 8 de Novembro em Santiago, no Chile, e que teve como anfitriã a Presidente da República, Michelle Bachelet.

José Lello afirma que a IS pode dar um contributo maior do que tem dado, no sentido de produzir novas ideias e traçar novos caminhos que ajudem a compreender melhor e a transformar o complexo mundo dos nossos dias. “A IS pode ter um papel fundamental na afirmação dos nossos valores comuns, deixando a nossa marca e, ao mesmo tempo, impedindo que os nossos princípios ideológicos se descaracterizem e tornem fluidos”, afirma o secretário Internacional do PS.

José Lello sublinha ainda que o legado socialista e social-democrata “é demasiado precioso para o deixarmos enfraquecer por causa de uma acção muito dispersa ou por falta de ambição nos nossos objectivos”.



Para o secretário Internacional do PS, a IS tem de continuar a acreditar na sua capacidade de transformar o mundo, de molde a que os instrumentos da globalização não sejam “mais fortes do que a força das nossas ideias e da nossa acção”. “Temos de ser nós a criar os mecanismos que tornem a globalização um instrumento ao serviço da democracia, do progresso, justiça e igualdade de oportunidades no mundo. Se não formos capazes de atingir estes objectivos, então teremos falhado a nossa missão”, afirma.

Por outro lado, José Lello defendeu

ainda o reforço do papel das Nações Unidas e que “os países mais influentes lhe permitam desempenhar o seu papel insubstituível no esforço de prevenção das guerras e manutenção da paz, na protecção dos refugiados e na promoção de uma melhor educação”.

“As reformas de que as Nações Unidas continuam à espera, devem, por isso, ter luz verde, para que a sua acção no mundo seja melhor e mais eficaz”, concluiu.

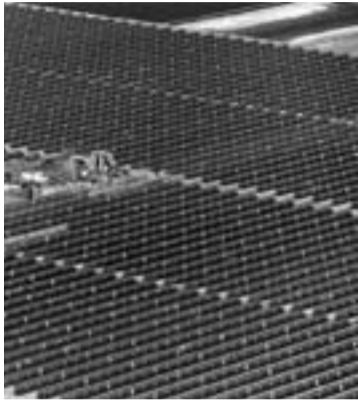
No Conselho da IS participou também o director do Departamento Internacional do PS, Paulo Pisco.

Inaugurado maior projecto mundial de energia solar

A APOSTA da empresa espanhola Acciona na construção de uma fábrica de painéis solares na Amareleja, concelho de Moura, foi apontada pelo primeiro-ministro, José Sócrates, como um dos exemplos da confiança dos investidores estrangeiros na economia nacional.

“Nos últimos seis meses, a economia portuguesa recuperou e este investimento, tal como outros que se fizeram e anunciaram neste período, vem demonstrar a confiança dos investidores estrangeiros na economia portuguesa”, disse.

Falando na cerimónia de lançamento do maior projecto fotovoltaico do mundo, o chefe do Governo sublinhou que a confiança dos investidores estrangeiros tem “boas razões” de existir, devido aos “sinais evidentes”



do início da recuperação económica.

“Ninguém investe 250 milhões de euros se não tiver confiança no país. Nos últimos seis meses, a economia portuguesa tem dado sinais evidentes de começar a recuperar, de inverter um ciclo marcado por momentos

difíceis, mas agora abrem-se novas perspectivas com mais optimismo para o futuro”, frisou.

Optimista quanto ao futuro das energias renováveis, José Sócrates definiu Moura como a “capital do fotovoltaico” em Portugal, salientando que “é a valência ambiental que viabiliza este projecto”.

Por sua vez, o ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho, realçou o impacto que o projecto vai ter na região a par do Alqueva, empreendimento que disse potenciar “uma verdadeira revolução” na agricultura alentejana com a emergência das culturas energéticas.

A fábrica de painéis solares de Moura, que deverá entrar em funcionamento até ao final do próximo ano, tem um investimento calculado

em 10 milhões de euros e vai ter uma facturação anual superior a 62,5 milhões de euros.

A fábrica, cuja construção é da responsabilidade da Acciona, líder no mercado espanhol das energias renováveis, terá uma capacidade de produção anual de 25 megawatts (MW).

A unidade fabril, que vai utilizar tecnologia de ponta, tem uma incorporação de valor nacional superior a 50 por cento e irá criar 115 postos de trabalho permanente, a maioria dos quais na produção.

Numa primeira fase vai construir painéis solares para a central de Moura, que será a maior a nível mundial, com uma capacidade instalada de 62 MW, mas a partir de 2009, quando terminar a construção da central,

terá uma grande capacidade de exportação.

Prevê-se ainda que a nova fábrica seja um factor de atracção para investimentos adicionais no local de outros componentes fotovoltaicos como inversores, controladores de carga e fusíveis.

A fábrica está intimamente ligada ao projecto da construção da maior central fotovoltaica do mundo, a instalar na Amareleja, com um investimento de 250 milhões de euros.

A central será constituída por 350 mil painéis solares que vão permitir produzir 88 gigawatts/hora de energia eléctrica por ano.

Esta produção permite evitar a emissão para a atmosfera de 60 mil toneladas de dióxido de carbono por ano.

Maximiano Martins sugere aos deputados do PSD visita à Madeira da pobreza

CARTA ABERTA

J. C. CASTELO BRANCO

A PROPÓSITO da recente deslocação de um grupo de deputados do PSD à região autónoma da Madeira, o parlamentar socialista Maximiano Martins escreveu uma carta aberta aos seus homólogos laranja propondo-lhes um programa de visitas à outra Madeira, a da pobreza, das desigualdades, do populismo e do défice democrático.

Assim, segundo sugere Maximiano Martins, no Funchal a delegação laranja “não poderá deixar de visitar e contactar com os habitantes da Levada dos Moinhos ou, um pouco mais afastado, da Corujeira ou ainda das Zonas Altas de Santo António, São Martinho e São Roque. Mas poderão ficar-se no Funchal por Santa Maria Maior. Em todos os casos verão que por detrás da fachada existe uma realidade de sofrimento e baixa qualidade de vida”.

O deputado socialista pede também aos deputados laranja que não se esqueçam de pedir aos respectivos assessores dados de desenvolvimento económico, social e humano da Região, porque “porque o ‘regime’ não vos fornecerá – como sabem todo o regime absoluto convive mal com a verdade... com os factos”.

E verificarão, segundo Maximiano Martins, que “a região da Madeira que surge em 2º lugar no ‘ranking’ das sete regiões portuguesas, quando se usa o indicador do PIB regional ‘per capita’, surge em 5º lugar, quando se usa o índice de poder de compra concelhio, e em 7º e último lugar quando se usam os indicadores de receita e despesa dos agregados domésticos”.

Na carta aberta, o deputado socialista lembra que “a região da Madeira surge, no quadro dos indicadores de conforto das famílias, como a região



menos desenvolvida do país”, que “o nível de disparidade interna na região da Madeira é mais elevado que o registado quer na outra região insular do país, a região dos Açores, quer nas regiões menos desenvolvidas do Alentejo e do Centro, quer, ainda, na outra região turística, a região do Algarve”.

E refere ainda que “os dados de poder de compra por município confirmam uma grande disparidade entre o Funchal face aos municípios ‘adjacentes’ – para já não falar dos mais distantes – como Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Santa Cruz e Machico”.

Por outro lado, Maximiano Martins sugere aos deputados do PSD que nas reuniões com o poder que governa a região nos últimos trinta anos “não deixem de pedir explicações para o facto de a Madeira ter os piores resultados em educação, os níveis mais elevados de analfabetismo do país, um elevadíssimo número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção”, e “perguntem porque permanecem, trinta anos depois, tanta exclusão social e tão graves problemas de alcoolismo e toxicodpendência”.

O deputado socialista sugere ainda que a delegação laranja interroge

o Executivo madeirense “sobre os graus de liberdade da sociedade civil madeirense – e lembrem-lhe que um dos traços mais marcantes do totalitarismo é justamente o completo controlo de todas as formas de expressão da sociedade”.

Cacique populista e campeão do insulto

E ao saudarem o presidente do Governo Regional e Presidente do PSD-Madeira, “não se esqueçam do epíteto que mereceu, em publicação internacional, de ‘cacique populista e campeão do insulto’”, refere Maximiano Martins que pede ainda, entre outras coisas, que a delegação laranja se lembre da forma como Alberto João Jardim “se referiu aos imigrantes na Ilha aos quais disse ‘não os quero aqui’ – em contradição com o destino histórico migratório dos madeirenses”, bem como “dos cidadãos insultados e perseguidos nos seus empregos e nas suas vidas particulares”.

Na missiva, o deputado do PS pede ainda aos seus homólogos laranja que recordem a Jardim “a forma como tratou o actual Presidente da República e todos os primeiros-ministros e ministros das Finanças de Portugal”, acrescentando que “se o estilo e a prática do vosso anfitrião merecem, no vosso douto entendimento, acolhimento na família social-democrata então saúdem-no respeitosamente”.

Por outro lado, “se algum economista fizer parte da vossa delegação, façam um exercício, impossível de lhe explicar o que significa rigor e responsabilidade em política económica. Expliquem-lhe que aquilo que ele faz não tem nada a ver com Keynes – mesmo numa versão de pacotilha – como ele invoca. Expliquem-lhe os efeitos perversos de excesso de despesa pública em contextos de economia aberta”, lê-se na missiva.

OPINIÃO



ANTÓNIO MAGALHÃES
Presidente da Câmara Municipal de Guimarães

É um reconhecimento e um desafio, que queremos e transformaremos em oportunidade para Guimarães

GUIMARÃES CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA 2012

DEPOIS de Lisboa, em 1994, e do Porto, em 2001, Guimarães será em 2012 Capital Europeia da Cultura. O anúncio da ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, no final da reunião informal do Conselho de Ministros, realizada no Centro Cultural Vila Flor, em Guimarães, significa, por um lado, o reconhecimento de todo o trabalho desenvolvido, designadamente “os investimentos que Guimarães soube fazer nos últimos anos no sector da cultura, em várias frentes” e “a forma absolutamente exemplar como recuperou o seu centro histórico”, nas palavras da ministra.

Na nossa perspectiva, significa, também, mais uma oportunidade de valorização dos cidadãos, de criação de estruturas e dinâmicas, de afirmação nacional e internacional de Guimarães, de impulso do turismo, de desenvolvimento económico, social e cultural, de criação de emprego, em suma, uma imensa oportunidade para o desenvolvimento do município de Guimarães e da sua região. E é, seguramente, a avaliar pelas inúmeras manifestações, mais um motivo de orgulho e de afirmação de auto-estima os vimaranenses. Mais uma vez nas palavras da ministra “um prémio e um incentivo” a “uma cidade de média dimensão que reúne todas as características necessárias”, “é uma cidade Património Mundial, com um centro histórico recuperado de forma exemplar, que possui infra-estruturas culturais de grande capacidade e qualidade, como este Centro Cultural Vila Flor, tem boas acessibilidades e uma Câmara Municipal que tem levado a cabo uma política cultural activa e de grande relevância”.

Se não bastasse a enorme responsabilidade que é colocada sobre os nossos ombros, em resultado deste cometimento por parte do Governo português, as diversas manifestações de regozijo, de apoio, de disponibilidade para se associarem, que recebemos de cidadãos, a título individual e em nome de instituições que representam, de diferentes áreas e quadrantes políticos, do concelho e fora dele impelem-nos a abraçar este desafio e esta oportunidade única com ambição, rigor e determinação.

É um reconhecimento e um desafio, que queremos e transformaremos em oportunidade para Guimarães. Já tivemos outras ocasiões em que demos provas desta capacidade: Guimarães, Património Cultural da Humanidade, pela UNESCO, o Euro 2004, o Centro Cultural Vila Flor, o investimento continuado numa política de intervenção cultural.

Orgulhou-nos e emocionou-nos o anúncio de Guimarães Capital Europeia 2012.

Estamos prontos para celebrar a riqueza e diversidade da cultura europeia, sublinhando os inestimáveis contributos portugueses para a sua afirmação e para a tradição de diálogo secular com outras culturas e civilizações.

Só assim honraremos esta distinção. Só assim honraremos Guimarães e os vimaranenses!

Congresso confirma rumo de mudança

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Os militantes do Partido Socialista reafirmaram claramente o apoio à agenda reformista que o Governo definiu para modernizar o país. Esta a mensagem emanada do XV Congresso Nacional, conforme evidenciou o secretário-geral, José Sócrates, no discurso de encerramento, amiúde interrompido por grandes ovações que mereceu sucessivas ovações dos delegados presentes e onde anunciou também que o Executivo vai aumentar significativamente do salário mínimo nacional.

MARY RODRIGUES



das sobre a política do Executivo. A realidade é bem diferente e ultrapassa o plano interno, defendeu, recordando que “o Governo ganhou o debate orçamental no Parlamento, o partido sai em grande e com força deste Congresso e as sondagens confirmam que continuamos a liderar as preferências dos portugueses”.

Para José Sócrates o facto do Executivo manter uma “sólida base de apoio popular” confirma que os portugueses continuam a não querer “um país adiado”.

Lembrou, assim, os bons resultados alcançados em apenas ano e meio de mandato e sustentou que a actual governação é capaz de vencer os impasses, de decidir e de fazer a diferença, encetando uma etapa na vida nacional marcada por novas oportunidades, pela credibilidade, confiança e estabilidade.

Numa crítica directa aos que, fazendo oposição de maneira irresponsável, tentam diminuir o que os portugueses alcançaram com mérito e esforço em

prol do interesse estratégico nacional, Sócrates avisou que os socialistas não receberão lições sobre investimento “de quem virou as costas à economia e não fez outra coisa senão meter os projectos na gaveta”.

E porque o movimento reformista vai continuar, apontou para as novas ambições inscritas na agenda do Governo ao anunciar que será apresentada, ainda este mês, uma proposta concreta de actualização do salário mínimo para os próximos três anos.

Em tempo de mudanças – prosseguiu –, a aposta numa “educação de excelência para todos” implicará que a qualificação das pessoas seja a prioridade na aplicação dos fundos comunitários no período 2007-2013.

Ainda no âmbito da “ambiciosa” agenda social do Executivo, o secretário-geral destacou o empenhamento da sua equipa governativa e o seu próprio na continuidade do combate à exclusão e às desigualdades, frisando porém que o projecto socialista não se esgota aqui.

“Governo vai promover a natalidade”, declarou, comprometendo-se a “colocar as políticas de apoio à criança no eixo central da nova geração de políticas sociais” mediante o reforço da rede de equipamentos de apoio às famílias (investimento em creches), acabando com a discriminação fiscal dos contribuintes casados e procedendo ao aumento das prestações concedidas a núcleos familiares jovens, de baixos recursos, às famílias numerosas ou monoparentais.

No capítulo da presidência portuguesa da União Europeia, Sócrates garantiu que também aqui as prioridades do Governo são claras: defesa e aprofundamento do projecto comunitário, cooperação activa com África e países da bacia mediterrânica, retoma em pleno da Agenda de Lisboa sem esquecer a dimensão social e de inclusão.

Finalmente, José Sócrates abordou a questão do referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, afirmando que o PS estará empenhado na vitória do “sim”, porque a causa merece, mas só aprovará a lei que propôs sobre esta matéria se o “não” for derrotado ainda que pela margem mínima de um voto.

A terminar, explicou que a ambição socialista para Portugal passa por alcançar “um novo equilíbrio entre Estado e sociedade e uma nova aliança entre solidariedade e responsabilidade”, onde haja um novo lugar para a equidade e o mérito.

“A nossa proposta é fazer reformas que perdurem e é isto que faz de nós um partido à altura dos tempos”, rematou.

MÁRIO SOTTOMAYOR CARDIA

1941-2006



MÁRIO SOTTOMAYOR CARDIA foi um dos mais corajosos lutadores pela democracia portuguesa, tanto antes como depois do 25 de Abril, e um pensador político de grande qualidade, num país onde eles rareiam.

Recordo o seu empenhamento nas campanhas eleitorais da oposição democrática, particularmente em 1969 e 1973, o modo como enfrentou a polícia política e a ditadura, os seus livros e os seus artigos na “Seara Nova”, cuja redacção chefiou com enorme zelo e dedicação, contribuindo para que a revista, de periodicidade mensal, chegasse a tirar 30 mil exemplares em vésperas do 25 de Abril! E não posso esquecer o papel decisivo que desempenhou na fundação do Partido Socialista: foi em boa parte graças a ele que foram criadas as condições para que a Acção Socialista Portuguesa se transformasse no Partido Socialista em Abril de 1973.

Director do “Portugal Socialista” e porta-voz do PS durante o PREC, a ele se devem algumas das mais corajosas declarações e tomadas de posição nessa época, para já não falar dos discursos na Constituinte que irritaram especialmente os militares mais esquerdistas...

Como governante, a ele se devem medidas de grande coragem na normalização do funcionamento do sistema de ensino, após os excessos do PREC. Pela sua mão fui secretário de Estado da Cultura em 1978, tendo sempre respeitado a minha autonomia de actuação numa base de total confiança.

Como pensador político, ficamos-lhe a dever, entre outros escritos, esse extraordinário “Socialismo sem dogma”, que marcou a entrada do socialismo democrático português na era do pós-marxismo.

Homem de grande carácter, ficará para sempre nos anais da história do socialismo em Portugal.

ANTÓNIO REIS

PS unido e empenhado no apoio ao Governo

MARCOS PERESTRELLO NA AR

Na cidade de Santarém “assistimos a um Congresso participado, democrático e aberto, com um debate sério e plural e centrado nos problemas do país”, afirmou no dia 15 no Parlamento o deputado socialista Marcos Perestrello, salientando que esta reunião magna mostrou ainda “um partido unido, que apoia o Governo com empenho e solidariedade, mas que mantém o espírito crítico”.

J. C. CASTELO BRANCO



SEGUNDO Marcos Perestrello, este Congresso, que decorreu “na cidade de onde partiu Salgueiro Maia, na madrugada memorável do 25 de Abril de 1974”, esteve à altura da tradição do PS, “um partido moderno, reformista e solidário, um partido responsável, corajoso e rigoroso, um partido europeu e cosmopolita, com o qual Portugal sempre contou nos momentos difíceis. Um partido dinâmico e renovado, que não se esgota no Governo e que, como se viu, não quer nem a governamentalização do partido nem a partidarização do Governo”.

O dirigente socialista disse não restarem dúvidas de que “o PS está motivado e pronto para as batalhas que o país tem pela frente”, desde a “batalha pelo equilíbrio das contas

públicas e qualificação dos portugueses”, até à “batalha contra a pobreza e a exclusão, por uma maior igualdade de oportunidades”, passando pela “batalha pelo crescimento económico e pelo emprego, pela reforma da Administração Pública, pela defesa do Estado Social, por uma justiça justa, atempada e eficaz e pela justiça fiscal”.

Na sua intervenção, Marcos Perestrello referiu que “o maior desafio actual de uma política de esquerda é assegurar a sustentabilidade financeira do Estado Social”, como o Governo do PS está a fazer, numa conjuntura particularmente difícil de “austeridade financeira, de crescimento económico moderado, de competitividade fiscal e de envelhecimento da população”.

E salientou que a marca da governação de uma esquerda moderna “é o reformismo, na fidelidade aos princípios que sempre foram os nossos” e que, no actual momento político, passam, nomeadamente, pela “preservação da esfera pública enquanto espaço de realização democrática e comunicacional, na prevalência do interesse público sobre os interesses privados e na igualdade de oportunidades e de género”.

Mas também, acrescentou, “na coesão e inclusão social e territorial, na promoção da escola como centro de uma cidadania democrática responsável e na promoção e defesa do modelo social europeu e de uma globalização regulada e solidária”.

Para o deputado socialista, “o reformismo de esquerda em Portugal está onde sempre esteve: no Partido So-

cialista”, ou seja, “entre o imobilismo conservador à nossa esquerda conducente à falência do Estado Social em virtude da sua inviabilidade financeira e o neoliberalismo que, como se viu nas últimas eleições americanas, já é anacrónico, de uma direita apostada no desgaste dos serviços públicos, que quer a ‘retirada do Estado’ para um patamar mínimo”.

Por outro lado, Marcos Perestrello salientou ainda que o Congresso de Santarém “constituiu um momento de afirmação, mas também um momento de mobilização para os grandes desafios políticos que se colocam ao país e para a responsabilidade de assumirmos a presidência da União Europeia no segundo semestre do próximo ano”.

O deputado socialista lembrou ainda que “há ano e meio, perante os resultados desastrosos causados pelo desnorte e pela irresponsabilidade da governação de direita, reclamava-se um Governo responsável e determinado, que pusesse o país no rumo certo”, acrescentando que “foi por isso e para isso que o eleitorado deu a maioria absoluta ao PS. E desde há ano e meio, que o país tem esse governo – responsável e determinado e que pôs o país no rumo certo”.